SEGURANÇA SOCIAL

Fundo de Reserva da Segurança Soccial

Aprovado e autorizado
bde Submete ao
Tribunal das Kontas
Lisboa 28/5/26

RELATÓRIO E CONTAS 2025

SÍNTESE

O R&C 2025 apresenta a atividade desenvolvida pelo fundo de reserva da segurança social gerido pelo Instituto Fundo de Reserva da Segurança Social em regime de capitalização, durante o exercício de 2025

FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

Declaração de Aprovação

do Relatório e Contas do Fundo de Reserva (capitalização) do exercício de 2025

O Conselho de Administração do Fundo de Reserva da Segurança Social (FRSS) declara que recebeu da Diretora Executiva e analisou o presente Relatório e Conta da Segurança Social relativo ao exercício de 2025.

Tendo por base a informação prestada e a Declaração de responsabilidade apresentada, declaramos **aprovar**, no âmbito das nossas competências, **o Relatório e Conta da Segurança Social de 2025, no seu conjunto, incluindo as demonstrações orçamentais e financeiras consolidadas e individuais**, submetendo-o à tutela.

Díli, 28 de Maio de 2026

Zeferino da Costa Bobo
Presidente do Conselho de Administração

Solange de Fátima Borges
Vogal do Conselho de Administração

Gemito do Carmo Amaral de Jesus
Vogal do Conselho de Administração

Sanção Gomes
Membro do Conselho de Administração,
representante dos empregadores

Almério Januario Vila-Nova Gouveia
Membro do Conselho de Administração,
representante dos trabalhadores

Declaração de Responsabilidade

do Relatório e Contas do Fundo de Reserva (capitalização) do exercício de 2025

No âmbito do processo de prestação de contas do exercício de 2025, a Diretora Executiva do Fundo de Reserva da Segurança Social (FRSS) e o Diretor responsável pela área das Finanças, responsáveis pela elaboração do Relatório e Contas do fundo de reserva, declaram que o presente Relatório e Contas e as respetivas demonstrações financeiras autónomas, foram preparados com base em dados verdadeiros e de acordo com o sistema contabilístico adotado pela Segurança Social, alinhado com as normas internacionais de contabilidade pública (designadamente as IPSAS de regime de acréscimo).

Asseguramos que, segundo o nosso conhecimento, foram respeitadas as normas legais aplicáveis, e que as demonstrações financeiras e orçamentais, mapas complementares e notas explicativas constantes do presente documento:

a) Refletem de forma verdadeira e apropriada o desempenho financeiro, a posição patrimonial e o património líquido sob gestão à data de 31 de dezembro de 2025;

b) Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes que afetem a integridade do relato financeiro;

c) Incluem os saldos de todas as contas bancárias do fundo de reserva, e que os mesmos são conciliados com a contabilidade.

Díli, ___ de Maio de 2026

Ana Romana Freitas Li
Diretora Executiva

Rogério Nelson Alves
Diretor do Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Organizacional

Índice

1. Introdução ... 3
1.1. Objetivos do Relatório ... 3
1.2. Enquadramento Legal e Regulamentar ... 3
Alterações Legislativas ... 4
Funções específicas do FRSS ... 5
1.3. Breve Descrição do fundo de reserva ... 5
2. Governação e Estrutura Organizacional ... 7
2.1. Órgãos de Gestão ... 7
2.2. Políticas de Governação e *Compliance* ... 8
2.3. Responsabilidade Social e Ética ... 8
3. Política de Investimento ... 10
3.1. Estratégia de Investimento ... 10
3.2. Critérios de Alocação de Ativos ... 10
4. Análise da Atividade ... 13
4.1. Enquadramento ... 13
4.1.1. Desempenho Macroeconómico e Contexto Geopolítico ... 13
4.1.2. Desempenho Financeiro ... 16
4.1.3. Síntese ... 17
4.2. Performance do fundo de reserva ... 18
4.2.1. Carteira de Ações ... 18
4.2.2. Depósitos ... 21
4.2.3. Obrigações de Governo dos EUA ... 23
4.2.4. Consolidado ... 24
4.3. Gestão da carteira ... 27
5. Demonstrações Financeiras e Orçamentais ... 28
5.1. Demonstrações Financeiras ... 28
5.1.1. Mapas de Demonstrações Financeiras ... 30
Balanço (USD) ... 30
Demonstração de Resultados (USD) ... 31
Demonstração dos Fluxos de Caixa (USD) ... 32
5.1.2. Análise do Desempenho Financeiro ... 33

5.1.3. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 44
NOTA 1 – Identificação da Entidade 44
NOTA 2 – Declaração de apresentação razoável e conformidade 45
NOTA 3 – Reexpressão de saldos comparativos 2024 46
NOTA 4 – Políticas Contabilísticas e Base de Mensuração 48
NOTA 5 – Ativos Fixos Tangíveis 50
NOTA 6 – Investimentos Financeiros (Obrigações do Tesouro e Depósitos a Médio/Longo Prazo) 51
NOTA 7 – Ativos Financeiros (Ações) 55
NOTA 8 – Caixa e Equivalentes (Disponibilidades) 57
NOTA 9 – Moeda de Relato e Câmbio 58
NOTA 10 – Acréscimos e Diferimentos 59
NOTA 11 – Património e Reforços de Capital 60
NOTA 12 – Resultado Líquido 62
NOTA 13 – Divulgação de Partes Relacionadas 63
NOTA 14 – Eventos subsequentes 64
5.2. Demonstrações Orçamentais 65
5.2.1. Mapas de Demonstrações Orçamentais 66
Demonstração de Desempenho Orçamental (USD) 66
Demonstração de Execução Orçamental da Receita 70
Demonstração de Execução Orçamental da Despesa 73
5.2.2. Análise da Execução Orçamental 85
6. Gestão de Riscos 91
6.1. Riscos Financeiros 91
6.2. Riscos Atuariais 92
6.3. Riscos Operacionais 93
6.4. Medidas de Mitigação 94
7. Perspetivas Futuras 96
7.1. Projeções e Desafios 96
7.2. Alterações Regulamentares Esperadas 99
8. Anexo – Relatório Fiscal Único 100

1. Introdução

1.1. Objetivos do Relatório

O presente relatório tem como finalidade apresentar, de forma transparente e detalhada, a atividade desenvolvida pelo fundo de reserva da segurança social (adiante designado de fundo de reserva), gerido pelo Instituto Fundo de Reserva da Segurança Social (FRSS) em regime de capitalização, durante o exercício de 2025. Pretende:

i. Informar os participantes e beneficiários sobre a evolução do fundo de reserva e situação financeira;
ii. Demonstrar a conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis, garantindo a prestação de contas às entidades de supervisão;
iii. Evidenciar a gestão e desempenho dos investimentos, bem como as políticas de risco adotadas;
iv. Promover a transparência e confiança, disponibilizando informação clara e completa sobre a governação, resultados e perspetivas futuras.

1.2. Enquadramento Legal e Regulamentar

O sistema de Segurança Social de Timor-Leste é gerido pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), criado pelo Decreto-Lei n.º47/2017, de 14 de dezembro, como entidade pública dotada de personalidade jurídica, património próprio e autonomia administrativa e financeira. O INSS tem por função a gestão de todo o sistema de segurança social, incluindo os regimes contributivo e não contributivo e a administração, com exceção da gestão do fundo de reserva, gerido em capitalização pelo FRSS, conforme previsto no referido diploma.

O fundo de reserva foi criado pela Lei n.º12/2016, de 14 de novembro, como um elemento crucial do regime contributivo de segurança social, que contém os excedentes de exploração de cada exercício. Posteriormente, o Decreto-Lei n.º55/2020, de 28 de outubro, definiu o modelo de gestão do fundo, criando o FRSS, com a missão específica de o gerir. Tal como o INSS, o FRSS é uma pessoa coletiva de direito público, com personalidade

jurídica, património próprio e autonomia administrativa e financeira. Esta separação significa que as verbas correntes da segurança social, geridas pelo INSS na Tesouraria da Segurança Social, não se confundem com as verbas do fundo de reserva, que correspondem às reservas do sistema de segurança social.

O FRSS está sob tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área da Segurança Social e tem como objetivo assegurar a estabilização financeira e a sustentabilidade do regime contributivo, finalidade à qual está exclusivamente afeto. As verbas do fundo de reserva constituem dinheiros da Segurança Social e não são considerados dinheiros públicos. O fundo de reserva é administrado e gerido em regime de capitalização pública de estabilização, obedecendo a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, de forma prudente e em conformidade com os princípios da boa governação, para benefício dos contribuintes do regime contributivo.

Alterações Legislativas

Decreto-Lei n.º33/2021, de 15 de dezembro (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2020)

Introduziu alterações na carteira de referência, permitindo maior flexibilidade na composição dos investimentos, com o objetivo de cumprir os objetivos do fundo de reserva e ajustar a estratégia às condições económicas e de mercado. A alteração aumentou o limite máximo de investimentos em ações e dívida privada, mantendo a possibilidade de reforço em dívida soberana quando tal seja estrategicamente adequado.

Lei n.º2/2022, de 10 de fevereiro (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º55/2020)

Clarificou um pormenor de registo contabilístico da compra e venda de ativos financeiros, determinando que estes montantes integram as respetivas comissões.

Decreto-Lei n.º34/2022, de 19 de maio (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º55/2020)

Clarificou que a gestão direta e operacional do fundo de reserva pode ser assumida pelo próprio FRSS, pelo Banco Central de Timor-Leste ou por outra entidade pública criada por

lei com essa atribuição, podendo estas contratar gestores externos especializados para funções específicas, como gestão de património, consultoria, custódia e intermediação financeira. A alteração também reforçou a exigência de que os ativos da carteira do FRSS sejam emitidos por entidades sem risco substancial de incumprimento, medido pelas principais agências de notação financeira.

Funções específicas do FRSS

Para cumprir a sua principal função – a gestão do fundo de reserva – o FRSS gere dois "programas" de forma separada:

- o programa de "Administração do FRSS", que diz respeito às funções básicas de gestão institucional, cujas despesas são financiadas por transferências do INSS (que as recebe da Administração Central do Estado) no âmbito da tesouraria da Segurança Social. As receitas e despesas deste programa orçamental consolidam no Orçamento da Segurança Social (OSS) e na Conta da Segurança Social;
- o programa de "Capitalização", que diz respeito à função principal do FRSS, ou seja, à gestão do fundo de reserva em regime de capitalização pública. Este programa integra os fluxos financeiros relativos à carteira de investimentos do fundo de reserva, bem como a gestão operacional da mesma, geridos fora do âmbito da tesouraria da Segurança Social e da tesouraria Central do Estado, nos termos legais. O regime de capitalização está excluído do OSS e do Orçamento Geral do Estado (OGE), assim como das respetivas contas, como determina a Lei de Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e gestão financeira pública (LEO).

O presente relatório diz respeito exclusivamente ao regime de capitalização, ou seja, ao fundo de reserva gerido pelo FRSS.

1.3. Breve Descrição do fundo de reserva

O fundo de reserva de Timor-Leste é um mecanismo financeiro criado para garantir a sustentabilidade do sistema de segurança social a longo prazo. Criado pela Lei n.º12/2016, de 14 de novembro, e constituído pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 28 de outubro, com a

redação em vigor, o fundo de reserva tem como objetivo acumular e gerir recursos provenientes das contribuições sociais, assegurando que existem reservas suficientes para o pagamento de prestações futuras.

O fundo de reserva destina-se exclusivamente a acumular e gerir as reservas da segurança social, ou seja, os excedentes anuais do OSS. Estes excedentes são transferidos anualmente pelo INSS para o FRSS, nos termos previstos na LEO.

A gestão do fundo de reserva obedece a princípios de transparência, prudência e responsabilidade, com uma política de investimento orientada para a preservação do capital e a rentabilidade sustentável. É supervisionado por órgãos competentes e segue normas rigorosas de governação, garantindo que os recursos são aplicados de forma segura e eficiente, em benefício dos participantes e da estabilização financeira do sistema.

2. Governação e Estrutura Organizacional

2.1. Órgãos de Gestão

O fundo de reserva é gerido pelo Fundo de Reserva da Segurança Social (FRSS), que dispõe dos seguintes órgãos, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 28 de outubro, com a redação em vigor:

- Conselho de Administração: Órgão colegial e máximo do FRSS, composto por um presidente, dois vogais e dois representantes dos parceiros sociais (um dos empregadores e outro dos trabalhadores). Os membros são, por inerência, os titulares dos cargos equivalentes no Conselho de Administração do INSS. Compete ao Conselho de Administração gerir e supervisionar o fundo de reserva, supervisionar as atividades do FRSS, aprovar regulamentos, planos, orçamentos, relatórios e contas, e aprovar e submeter à tutela os planos anuais de política de investimentos, elaborados e propostos pelo Diretor Executivo, entre outras funções.
- Diretor Executivo: O Diretor Executivo do INSS exerce, por inerência, as mesmas funções no FRSS. É responsável pela gestão operacional, pela elaboração de planos, orçamento, relatórios e contas, pela execução e gestão do orçamento, pela elaboração (ouvido o Comité de Investimento) dos planos anuais de política de investimentos e submissão dos mesmos ao Conselho de Administração, e pelo acompanhamento da gestão operacional do fundo de reserva, incluindo a coordenação com as entidades gestoras externas contratadas.
- Comité de Investimento: Órgão consultivo, de apoio e participação na definição da política de investimentos. É composto por cinco a sete membros, incluindo representantes do Governo e especialistas em mercados financeiros. Emite pareceres sobre planos, relatórios, orçamento e contas.
- Fiscal Único: Órgão de fiscalização, constituído por um auditor independente, nomeado pelos membros do Governo responsáveis pela segurança social e pelas finanças. Fiscaliza a gestão orçamental e financeira do FRSS, acompanha a execução e emite pareceres sobre relatório e contas anuais.

O FRSS pode ainda designar uma entidade de gestão operacional, que pode ser o próprio FRSS, o Banco Central de Timor-Leste ou outra entidade pública, com possibilidade de contratação de gestores externos para funções específicas, sempre sob supervisão dos órgãos do FRSS.

2.2. Políticas de Governação e *Compliance*

A governação do fundo de reserva assenta em princípios de transparência, responsabilidade e rigor, conforme o regime de capitalização pública de estabilização. Destacam-se:

i. Separação de funções: O FRSS, que gere o fundo de reserva, é autónomo em relação ao INSS, com personalidade jurídica, património próprio e autonomia administrativa, financeira e patrimonial;

ii. Supervisão e tutela: O FRSS está sob tutela do membro do Governo responsável pela segurança social, garantindo alinhamento com as políticas públicas e prestação de contas;

iii. Critérios de gestão: A gestão do fundo de reserva obedece a critérios de segurança, rendibilidade e liquidez, sendo feita de forma prudente e em conformidade com os princípios da boa governação, para benefício dos contribuintes do regime contributivo;

iv. *Compliance*: O FRSS cumpre rigorosamente as normas legais e regulamentares, incluindo limites e critérios de investimento, avaliação de risco de crédito e reporte obrigatório de atividades e contas. A auditoria independente reforça o controlo e a transparência.

2.3. Responsabilidade Social e Ética

O FRSS tem como missão assegurar a sustentabilidade e estabilização financeira do regime contributivo da Segurança Social, atuando com responsabilidade social e ética:

i. Finalidade exclusiva: Os recursos do fundo de reserva destinam-se exclusivamente à estabilização financeira do regime contributivo, não podendo ser confundidos com dinheiros públicos nem utilizados para outros fins;

ii. Princípios éticos: A atuação do fundo de reserva pauta-se pela integridade, prudência, transparência e responsabilidade perante os contribuintes e beneficiários;

iii. Gestão prudente: Todas as decisões de investimento e gestão são tomadas com vista à preservação do capital, rentabilidade sustentável e proteção dos interesses dos participantes do sistema;

iv. Prestação de contas: O FRSS divulga publicamente os relatórios de atividades e contas, promovendo a confiança e a credibilidade junto da sociedade.

3. Política de Investimento

3.1. Estratégia de Investimento

A política de investimento do fundo de reserva, aprovada em setembro de 2022 pelo Ministério das Finanças e Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão, visa a maximização do valor dos investimentos a médio e longo prazo, salvaguardando sempre os princípios de segurança, rendibilidade, liquidez e diversificação, em conformidade com a legislação em vigor. A gestão dos ativos é realizada pela Entidade Gestora, que deve atuar de acordo com os princípios definidos na política aprovada, procurando obter um retorno superior ao parâmetro de referência (*benchmark*) estabelecido.

O FRSS estabeleceu-se como a Entidade de Gestão Operacional do fundo de reserva, podendo contratualizar funções específicas de gestão a entidades gestoras externas. As entidades contratadas constituem-se responsáveis, perante o FRSS, pela gestão das partes da carteira que lhes sejam confiadas, de acordo com os princípios e política de investimento.

Os ativos do fundo de reserva podem incluir instrumentos de rendimento fixo, ações, outros valores mobiliários, instrumentos de cobertura de risco cambial e depósitos bancários à ordem ou a prazo. A gestão é orientada para a preservação do capital, a sustentabilidade do fundo e a proteção dos interesses dos beneficiários.

A política de investimento encontra-se em análise, podendo sofrer alterações no decorrer do ano de 2026.

3.2. Critérios de Alocação de Ativos

A composição da carteira de ativos do fundo de reserva obedece a limites rigorosos, definidos para garantir a diversificação e a segurança dos investimentos:

- **Pelo menos 40%** do património do fundo de reserva deve ser aplicado em títulos de dívida pública e obrigações de Estados Soberanos, incluindo um mínimo de 20% em dívida pública de Timor-Leste, logo que tal seja possível;
- **No máximo 35%** pode ser aplicado em ações cotadas, ativos análogos ou outros valores mobiliários, desde que transacionados em mercados financeiros estrangeiros regulamentados, e a participação em cada emitente não pode exceder 5% do capital emitido;
- **No máximo 25%** pode ser aplicado em títulos representativos de dívida privada emitidos no estrangeiro;
- Os ativos que não tenham exposição geográfica aos mercados da OCDE e Singapura devem ter, no mínimo, uma notação de risco equivalente a grau de investimento (*investment grade*);
- Todos os ativos devem ser emitidos por entidades sem risco substancial de incumprimento, avaliado pelas principais agências de notação financeira (Moody's, Standard & Poor's, Fitch) sempre que tais ratings existam;
- Nos investimentos em títulos de dívida pública e obrigações do Estado de Timor-Leste, não se aplicam os critérios de notação de risco;
- Para garantir a diversificação, a aplicação de valores em títulos emitidos por uma entidade ou operações com a mesma contraparte não pode ultrapassar 5% do valor total dos ativos do fundo de reserva (exceto dívida pública e obrigações de Estados Soberanos) nem 5% dos respetivos capitais próprios;
- Os limites podem ser ultrapassados de forma passiva devido a valorizações/desvalorizações dos ativos, entradas ou saídas de capital, ou situações de instabilidade dos mercados, por períodos razoáveis e devidamente justificados pela Entidade de Gestão Operacional;
- Dos critérios de risco definidos nos pontos anteriores estão excluídos os fundos de índices (*Exchange Traded Funds*) desde que devidamente justificado;

- A carteira de referência (*benchmark*) é composta por índices internacionais de ações e obrigações, refletindo uma estratégia diversificada e prudente.

Os ativos e composição da carteira de referência do fundo de reserva são os descritos na seguinte tabela:

Classe de Ativos	Índice de Referência	Peso
Ações	MSCI Daily TR Net USA USD	20%
	MSCI Pan EUR Net Total Return EUR Index	6%
	MSCI Daily TR Net Japan Local	2%
	MSCI Pacific Free Ex Japan	2%
Rendimento Fixo	Bloomberg US Intermediate Treasury TR Index Value Unhedged USD	57%
	Bloomberg US Corporate Total Return Value Unhedged USD	10%
Monetário	Barclays Benchmark Overnight USD Cash	3%

4. Análise da Atividade

4.1. Enquadramento

4.1.1. Desempenho Macroeconómico e Contexto Geopolítico

Estados Unidos da América

Em 2025, a economia norte-americana manteve-se resiliente, apesar de um contexto global desafiante e de episódios de volatilidade nos mercados financeiros. O crescimento do PIB situou-se entre 2,1%, segundo o *U.S. Bureau of Economic Analysis* (BEA), suportado por investimento em setores ligados à inteligência artificial, tecnologia e transição energética. O consumo privado continuou a ser um motor importante, embora com algum abrandamento face ao ano anterior, refletindo o impacto do fim de estímulos fiscais e o aumento de algumas tarifas comerciais.

Segundo o *Bureau of Labor Statistics,* a inflação desacelerou, aproximando-se da meta de 2% da Reserva Federal (Fed), atingindo 2,6%, o que permitiu o início de um ciclo de descida das taxas de juro a partir do segundo semestre de 2024. Em 2025, a Fed realizou vários cortes, estabilizando a taxa diretora entre 3,5% e 3,75% no final do ano. Ainda, o mercado laboral manteve-se robusto, com a taxa de desemprego a rondar os 4,2%, refletindo a resiliência do setor dos serviços e a recuperação do investimento empresarial.

A política comercial dos EUA foi marcada por incerteza e volatilidade. O governo norte-americano implementou novas tarifas sobre uma vasta gama de produtos importados, sobretudo da China, mas também de outros parceiros estratégicos. Estas medidas visaram proteger setores considerados críticos e responder a práticas comerciais consideradas desleais.

- As tarifas aumentaram os custos de importação, pressionando cadeias de abastecimento e contribuindo para episódios de inflação em setores específicos.
- Empresas multinacionais aceleraram estratégias de diversificação de fornecedores (*friendshoring* e *nearshoring*), procurando reduzir a dependência da China.

- A China respondeu com tarifas retaliatórias e restrições a empresas norte-americanas, aumentando a tensão comercial e a incerteza para investidores globais.
- A União Europeia e outros parceiros procuraram evitar escaladas, privilegiando negociações multilaterais, mas manifestaram preocupação com o impacto nas cadeias globais de valor.

Em termos Geopolíticos, o apoio dos EUA à Ucrânia manteve-se firme, com renovação de sanções económicas à Rússia e envio de ajuda militar e humanitária. As sanções continuaram a afetar o mercado global de energia, com impacto nos preços do petróleo e gás, embora os EUA tenham reforçado a produção interna e as exportações para a Europa. Persistiram preocupações com ataques cibernéticos e campanhas de desinformação atribuídas a atores russos.

A rivalidade estratégica entre EUA e China intensificou-se, sobretudo nos domínios tecnológico, militar e comercial. Os EUA reforçaram alianças no Indo-Pacífico (Quad, AUKUS) para conter a influência chinesa, especialmente em torno de Taiwan e no Mar do Sul da China. Apesar das tensões, mantiveram-se canais diplomáticos abertos para evitar escaladas militares e gerir riscos sistémicos. Restrições mútuas ao investimento em setores sensíveis (tecnologia, semicondutores, IA) e episódios de retaliação comercial aumentaram a incerteza para empresas e investidores.

O Médio Oriente permaneceu uma fonte de instabilidade, com episódios de tensão no Golfo Pérsico, ataques a infraestruturas energéticas e instabilidade política em alguns países. Os EUA mantiveram uma política de diversificação de fontes energéticas e reforço das reservas estratégicas, atentos à volatilidade dos preços do petróleo. Houve esforços diplomáticos para normalizar relações entre Israel e países árabes, mas persistiram desafios no processo de paz israelo-palestiniano e na contenção da influência do Irão.

Europa

A economia europeia apresentou um crescimento moderado em 2025, com o PIB da Zona Euro a crescer 1,4% e a União Europeia 1,5%, segundo estimativa rápida divulgada em 30 de janeiro de 2026 do Eurostat. A inflação continuou a descer, aproximando-se dos 2%, permitindo ao Banco Central Europeu (BCE) iniciar e aprofundar cortes nas taxas de juro ao longo do ano. O mercado de trabalho manteve-se resiliente, com a taxa de desemprego a estabilizar em torno dos 6,3%.

O contexto foi marcado por incertezas geopolíticas, tensões comerciais (nomeadamente com os EUA) e desafios estruturais, como a necessidade de reforço da competitividade e da integração do mercado interno. O setor industrial continuou sob pressão, enquanto os serviços e o consumo interno deram suporte ao crescimento.

Ásia

- **China**

A China atingiu o objetivo oficial de crescimento do PIB, com uma expansão de cerca de 5% em 2025, apesar de um abrandamento no último trimestre do ano. O desempenho foi suportado por exportações robustas para mercados não-EUA, mas o consumo interno permaneceu frágil, penalizado por uma crise prolongada no setor imobiliário e pressões deflacionistas.

O Banco Central Chinês implementou medidas de estímulo, incluindo cortes nas taxas de juro e incentivos ao consumo, mas o impacto foi limitado. O setor imobiliário continuou a ser um fator de risco, com quedas nos preços das casas e investimento em baixa. O mercado acionista chinês oscilou entre ganhos motivados por expectativas de estímulo e correções devido à incerteza sobre a eficácia das políticas.

- **Japão**

O Japão registou um crescimento modesto, com o PIB a aumentar entre 0,7% e 1,5%. O consumo privado beneficiou de aumentos salariais e de políticas de apoio, mas as

exportações foram penalizadas por tarifas dos EUA e pela desaceleração global. A inflação manteve-se controlada, com tendência de descida para valores próximos de 2%.

O Banco do Japão manteve uma política monetária acomodatícia, com subidas graduais das taxas de juro, e o iene permaneceu relativamente fraco, favorecendo as exportações. O mercado acionista japonês destacou-se pelo bom desempenho, impulsionado por reformas empresariais e pelo interesse de investidores internacionais.

4.1.2. Desempenho Financeiro

- **Mercados Financeiros**

Em 2025, os mercados acionistas norte-americanos destacaram-se pelo desempenho excecional, com o *S&P 500* e o *Nasdaq* a atingirem máximos históricos. Este crescimento foi impulsionado sobretudo pelo setor tecnológico, que beneficiou de avanços em inteligência artificial, automação e digitalização, atraindo investidores institucionais e particulares. A retoma do apetite pelo risco foi favorecida pelo abrandamento da inflação e pela flexibilização da política monetária, com a Reserva Federal a iniciar cortes nas taxas de juro.

Apesar do contexto positivo, o ano foi marcado por episódios de volatilidade significativa, especialmente após o anúncio de tarifas generalizadas sobre importações provenientes da China e outros parceiros comerciais. Estes anúncios geraram incerteza quanto ao impacto nas cadeias de abastecimento e nos custos das empresas, provocando correções temporárias nos principais índices. No entanto, a segunda metade do ano foi de forte recuperação, à medida que os investidores absorveram os riscos e reagiram positivamente à estabilização macroeconómica e à perspetiva de taxas de juro mais baixas.

No conjunto do ano, os principais índices registaram ganhos anuais próximos de 18% a 20%, refletindo a confiança dos mercados na resiliência da economia norte-americana e na capacidade das empresas tecnológicas de gerar crescimento sustentável.

As bolsas europeias registaram ganhos sólidos, embora inferiores aos dos EUA, beneficiando da estabilização da inflação, da descida das taxas de juro e de políticas industriais e de transição energética. O setor obrigacionista valorizou-se, com destaque para obrigações soberanas e corporativas de boa qualidade.

- **Mercado Obrigacionista**

O mercado obrigacionista dos EUA beneficiou claramente da descida das taxas de juro promovida pela Reserva Federal. Com a inflação a convergir para a meta de 2%, a Fed pôde flexibilizar a política monetária, reduzindo o custo do dinheiro e tornando as obrigações mais atrativas para os investidores.

As obrigações de qualidade, nomeadamente as emitidas pelo Tesouro dos EUA e por empresas com elevado rating, registaram valorização significativa. Esta valorização foi acompanhada por uma compressão dos spreads de crédito, ou seja, a diferença entre as taxas de juro das obrigações de maior risco e as de menor risco diminuiu, refletindo uma maior confiança dos investidores na estabilidade financeira e na capacidade de pagamento dos emissores.

Além disso, a procura por ativos de rendimento fixo aumentou, não só pela descida das taxas de juro, mas também pela necessidade de diversificação face à volatilidade dos mercados acionistas. O dólar, por sua vez, perdeu força face a outras moedas, o que favoreceu os ativos internacionais e os mercados emergentes, tornando o ambiente global mais competitivo para os investidores obrigacionistas norte-americanos.

- **Dólar:**

Ao longo do ano, o dólar perdeu força face a outras moedas, favorecendo ativos internacionais e mercados emergentes. Como exemplo, o EUR/USD em inícios de janeiro rondava os 1.05, tendo terminado o ano em valores superiores a 1.15.

4.1.3. Síntese

O ano de 2025 foi marcado por:

- Desaceleração da inflação e início de cortes nas taxas de juro nos EUA e Europa;
- Crescimento económico moderado, mas resiliente, nos EUA e Europa; expansão robusta, mas desigual na Ásia;
- Mercados acionistas globais em alta, com destaque para tecnologia e mercados emergentes;
- Riscos persistentes: tensões geopolíticas, tarifas comerciais, desafios estruturais na China e incerteza política na Europa;
- Valorização dos ativos de qualidade (obrigações, metais preciosos) e recuperação dos mercados obrigacionistas.

4.2. Performance do fundo de reserva

4.2.1. Carteira de Ações

Em 2025 teve início o primeiro investimento do fundo de reserva em ações, concretizado em maio desse ano, com um montante inicial de 40 milhões USD. A gestão da carteira, assegurada pela Caixa Gestão de Ativos, decorreu num contexto económico global exigente, mas globalmente favorável aos mercados acionistas, beneficiando da moderação da inflação, da expectativa de redução das taxas de juro nos Estados Unidos e da resiliência da economia norte-americana.

Este enquadramento impulsionou os mercados financeiros internacionais para níveis historicamente elevados, em particular nos EUA, favorecendo os ativos de risco. A valorização do dólar americano constituiu igualmente um fator relevante para o desempenho da carteira. Na Europa, apesar da manutenção de uma política monetária restritiva durante grande parte do ano, começaram a emergir sinais de abrandamento, o que contribuiu para uma evolução positiva dos mercados acionistas europeus.

Em resultado deste contexto e da estratégia de gestão adotada, a carteira atingiu, a 31 de dezembro de 2025, um valor de 47,7 milhões USD, o que corresponde a uma rentabilidade acumulada de 19,3% desde o início da gestão. Este valor, retirando o reduzido montante

mantido em liquidez e os rendimentos e gastos reconhecidos mas sem fluxo em conta bancária, representa 47,59 milhões USD em ações (ativos financeiros), como mostra o Balanço apresentado no capítulo seguinte. Em 31 de dezembro, este investimento traduzia-se num aumento líquido de justo valor de 7,79 milhões USD.

Aquando da assinatura do mandato, o FRSS definiu uma referência de investimento (*benchmark*), em conformidade com o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 28 de outubro, com a redação em vigor, baseada numa alocação geográfica a ações globais, nomeadamente:

- Estados Unidos: 54%
- Europa: 23%
- Japão: 8%
- Ásia desenvolvida (excluindo Japão): 4%
- Mercados emergentes: 10%

Este *benchmark* representa uma estratégia de gestão passiva e constitui a base de comparação para avaliar o desempenho da gestão ativa da Caixa Gestão de Ativos.

Nos termos do mandato, a Caixa Gestão de Ativos dispõe de flexibilidade para ajustar a alocação geográfica e setorial da carteira, desde que não se afaste significativamente da referência definida pelo FRSS. Esta abordagem caracteriza uma gestão ativa, cuja eficácia é medida pela capacidade de gerar rendibilidade adicional face ao *benchmark*.

Ao longo do período em análise, a carteira manteve uma exposição quase total a ações (99,7%), com uma posição residual de liquidez (0,3%), refletindo uma estratégia orientada para a maximização do potencial de valorização de longo prazo.

Em termos geográficos, a alocação efetiva da carteira foi a seguinte:

- Estados Unidos: 55,6%
- Europa: 22,0%
- Outros países desenvolvidos: 11,8%
- Mercados emergentes: 10,6%

Do ponto de vista cambial, predominou o dólar americano (77,4%), seguido do euro (15,9%) e da libra esterlina (3,9%).

A gestão foi marcadamente ativa, com operações regulares de compra e venda de ações, sobretudo nos mercados norte-americano e europeu, e com uma presença relevante em mercados emergentes. A carteira beneficiou igualmente do recebimento de dividendos em particular de empresas dos EUA e da Europa, reforçando o retorno total.

O desempenho por grupo de ativos destacou o contributo das ações norte-americanas, nomeadamente dos setores tecnológico, da saúde e do consumo. Na Europa, os setores financeiro, industrial e energético tiveram uma contribuição positiva relevante. As ações do Japão, de outros mercados desenvolvidos asiáticos e dos mercados emergentes também apresentaram desempenhos favoráveis, reforçando os benefícios da diversificação internacional.

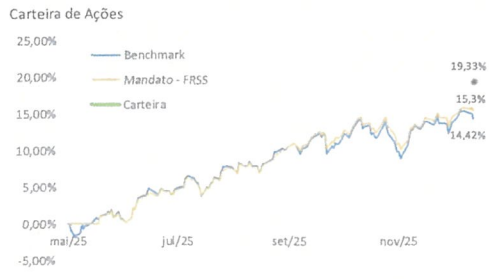
Caso a carteira tivesse seguido estritamente o *benchmark* definido aquando do mandato, a rentabilidade acumulada até 31 de dezembro de 2025 teria sido de aproximadamente 15,3%, correspondendo a um valor de cerca de 46,1 milhões USD.

A rentabilidade efetivamente obtida pela Caixa Gestão de Ativos de 19,33%, já líquida de comissões, traduz-se num retorno excedente (*alpha*) de 3,9% face à referência. Este desempenho adicional representa um ganho aproximado de 1,6 milhões USD relativamente a uma estratégia de gestão passiva.

Importa salientar que, ao longo de 2025, a carteira não foi objeto de rebalanceamento formal, pelo que a composição efetiva divergiu marginalmente da alocação inicialmente mandatada. No entanto, esta divergência teve um impacto reduzido na rentabilidade excedente, estimado em cerca de 20 pontos base. A maior parte do retorno adicional resultou da gestão ativa, nomeadamente da seleção setorial dinâmica e da utilização estratégica do reduzido buffer de liquidez, que permitiu mitigar períodos de correção de mercado e proteger o património.

Adicionalmente, a tomada de decisão estratégica do FRSS — que definiu para a Caixa Gestão de Ativos um mandato ligeiramente distinto do previsto na política de investimento —, suportada pela análise do Departamento de Mercados e de Gestão de Ativos do Instituto Fundo de Reserva da Segurança Social, permitiu uma otimização da alocação de ativos, traduzindo-se num ganho estimado de cerca de 90 pontos base face ao retorno expectável (15,3% em comparação com 14,4%).Em termos técnicos, a eficiência da gestão ativa foi avaliada através do *Information Ratio*, indicador que relaciona o retorno ativo (*alpha*) com o risco ativo assumido (*tracking error*). Durante o período em análise, este rácio apresentou um valor próximo e superior à unidade, evidenciando uma relação equilibrada e eficiente entre o valor adicional gerado e o nível de risco relativo assumido face ao *benchmark*.

Em síntese, a gestão da carteira de ações do fundo de reserva em 2025 revelou-se dinâmica, disciplinada e eficaz, permitindo um crescimento robusto do património desde o início do investimento. O desempenho superou de forma significativa a referência definida, refletindo a qualidade da estratégia de alocação, da seleção de ativos e da gestão ativa implementada, com controlo adequado do risco e dos custos.



Fonte: Bloomberg; FRSS

	P.Inv	FRSS Mand.	Exec.
EUA	66,7%	54,0%	55,4%
Europa	20,0%	23,0%	22,1%
Japão	6,7%	8,0%	7,9%
Ásia exc. Japão	6,7%	4,0%	4,0%
Emergentes		10,0%	10,4%
Liquidez		1,0%	0,3%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

4.2.2. Depósitos

No decurso do exercício de 2025, os depósitos a prazo mantiveram um papel relevante na política de investimento do fundo de reserva, constituindo um instrumento fundamental na

gestão das disponibilidades financeiras, com particular enfoque na segurança do capital, na liquidez e na geração de rendimento.

Ao longo do período, o fundo de reserva manteve depósitos a prazo ativos, distribuídos por cinco instituições de crédito distintas, o que permitiu assegurar uma adequada diversificação do risco de contraparte, em conformidade com os princípios prudenciais subjacentes à gestão de ativos do fundo de reserva.

A carteira de depósitos caracterizou-se, maioritariamente, por aplicações de curto prazo, sobretudo com maturidades de um e de três meses, as quais foram sendo sucessivamente renovadas ao longo do exercício. Esta estrutura permitiu ao fundo de reserva manter níveis elevados de liquidez.

Em complemento às aplicações de curto prazo, o fundo de reserva manteve um depósito de médio prazo, com maturidade de 24 meses, que assumiu particular relevância no contexto da carteira de depósitos. Este instrumento contribuiu de forma significativa para a rentabilidade global do fundo de reserva, beneficiando de condições financeiras mais favoráveis e permitindo um adequado equilíbrio entre liquidez e retorno, em linha com os objetivos de médio prazo do fundo de reserva, funcionando como uma espécie de "substituição" dos títulos de divida publica nacional ainda não criada e, assim, contribuindo para o desempenho económico de curto prazo de Timor-Leste.

Globalmente, a evolução dos depósitos ao longo de 2025 reflete uma gestão prudente e criteriosa, alinhada com a política de investimento definida, contribuindo para a estabilidade financeira do fundo de reserva e para o cumprimento sustentado das suas responsabilidades futuras.

No final do ano 2025, o total de depósitos a prazo ascendia a 183.273.710,42 USD (incluindo 88.269.657,53 USD do depósito a prazo com maturidade de 24 meses no BNCTL). Os rendimentos efetivamente obtidos foram de 4.279.037,26 USD, com uma taxa de juro média anualizada de aproximadamente 3,6%.

O fundo não reconhece como rendimentos do exercício os juros corridos de depósitos não vencidos, com base no princípio da prudência, uma vez que as cláusulas contratuais preveem a perda total dos juros em caso de mobilização antecipada. Neste sentido, o montante adicional de 2.321.612,88 USD relativo ao depósito a prazo com maturidade de 24 meses no BNCTL, foi efetivamente recebido na conta bancária do fundo, mas não foi reconhecido no exercício como rendimento efetivo.

4.2.3. Obrigações de Governo dos EUA

As obrigações de governo, também designadas por dívida pública, correspondem a instrumentos financeiros através dos quais os Estados obtêm financiamento junto dos investidores, comprometendo-se ao reembolso do capital numa data futura e ao pagamento periódico de juros (cupões). Ao contrário dos depósitos a prazo, cujo valor é estável até à maturidade, o preço de mercado das obrigações pode variar diariamente em função da evolução das taxas de juro, verificando-se uma relação inversa entre estas e o valor das obrigações. No entanto, quando as obrigações são detidas até à maturidade, a rentabilidade relevante corresponde à taxa de retorno contratada no momento da aquisição.

Em meados de outubro de 2025, foi concluído com sucesso o processo de abertura de conta do FRSS junto do Federal Reserve Bank of New York (FRBNY), permitindo a concretização do investimento de 50 milhões USD em Obrigações do Governo dos Estados Unidos da América (US Treasuries). As aquisições tiveram lugar no dia 20 de outubro de 2025 e foram estruturadas em três grupos distintos, organizados de acordo com a respetiva maturidade, sendo que todas as obrigações pagam juros semestrais, nos meses de fevereiro e agosto.

O primeiro grupo (FRSS I) correspondeu a um investimento de 10.065.749,15 USD, apresentando uma taxa de retorno média de 3,464% e uma maturidade média de 2,5 anos. O segundo grupo (FRSS II) totalizou 22.396.544,50 USD, com uma taxa de retorno média de 3,691% e uma maturidade média de 7 anos. O terceiro grupo (FRSS III), com um valor de

aquisição de 17.347.668,32 USD, apresenta uma taxa de retorno média de 4,485% e uma maturidade média de 21,5 anos.

Atendendo ao facto de o fundo de reserva não necessitar de recorrer ao rendimento dos seus ativos para o pagamento de pensões no curto e médio prazo, foi possível adotar uma estratégia de investimento orientada para a maximização da rentabilidade em detrimento da liquidez, privilegiando obrigações com maturidades mais longas, associadas a taxas de juro superiores. Esta opção implica uma maior sensibilidade do valor de mercado da carteira a variações das taxas de juro no curto prazo, o que se refletiu em oscilações negativas observadas nos meses de novembro e dezembro de 2025, reportadas pelo BCTL. No entanto, estas variações não assumem relevância significativa para o fundo de reserva, uma vez que a estratégia definida assenta na detenção das obrigações até à respetiva maturidade, sendo a rentabilidade relevante a taxa de retorno contratada aquando da aquisição, com os títulos a serem contabilizados ao custo amortizado, como mostram as demonstrações financeiras no capítulo seguinte.

À data de referência, a carteira de obrigações do Tesouro dos EUA gerida pelo BCTL ascendia a 50,1 milhões USD, apresentando uma rendibilidade acumulada de 0,12%, valor inferior ao respetivo benchmark (*Bloomberg US Intermediate Treasury Total Return Index – Valued Unhedged*). Importa, contudo, salientar que este desempenho reflete essencialmente o momento de entrada no mercado, num contexto de subida das taxas de juro, não sendo ainda representativo do comportamento esperado da carteira no médio e longo prazo. Nesse sentido, considera-se prematuro proceder a uma avaliação conclusiva do desempenho, sendo expectável uma evolução mais favorável nos períodos subsequentes.

4.2.4. Consolidado

Em 2025, o FRSS prosseguiu uma estratégia de investimento do fundo de reserva orientada para a diversificação, o reforço da rendibilidade de longo prazo e a gestão prudente do risco. O ano ficou marcado pelo início do investimento em ações, pela manutenção de uma carteira relevante de depósitos a prazo e pela entrada no mercado de obrigações do

Tesouro dos Estados Unidos, refletindo uma evolução significativa na estrutura da carteira de ativos.

A carteira de ações, lançada em maio de 2025 com um investimento inicial de 40 milhões USD e gerida pela Caixa Gestão de Ativos, beneficiou de um contexto macroeconómico global globalmente favorável aos mercados acionistas. A estratégia de gestão ativa, assente numa alocação geográfica diversificada e numa elevada exposição a ações, permitiu alcançar, a 31 de dezembro de 2025, uma rentabilidade acumulada de 19,3%, claramente superior ao *benchmark* definido pelo FRSS. Este desempenho traduziu-se num ganho adicional significativo face a uma estratégia passiva, refletindo a eficácia da seleção setorial, da gestão dinâmica e do controlo do risco.

Os depósitos a prazo continuaram a desempenhar um papel relevante na política de investimento do fundo de reserva, assegurando elevados níveis de liquidez, segurança do capital e um contributo estável para a rendibilidade global. A carteira manteve-se maioritariamente composta por aplicações de curto prazo, distribuídas por várias instituições de crédito, garantindo a diversificação do risco de contraparte. Em complemento, a manutenção de um depósito de médio prazo permitiu reforçar a rentabilidade. A taxa de juro média anualizada dos depósitos situou-se em cerca de 3,5%, ascendendo o montante total aplicado a aproximadamente 183,3 milhões USD no final do exercício.

No âmbito da diversificação da carteira obrigacionista, em outubro de 2025 o fundo de reserva concretizou um investimento de 50 milhões USD em Obrigações do Governo dos Estados Unidos (*US Treasuries*), estruturado por diferentes maturidades. Esta opção refletiu a capacidade do Fundo para privilegiar a rendibilidade de médio e longo prazo, atendendo à inexistência de necessidades imediatas de liquidez para o pagamento de pensões. Apesar de oscilações negativas de curto prazo no valor de mercado, associadas à subida das taxas de juro no final do ano, a estratégia de detenção até à maturidade mantém como referência as taxas de retorno contratadas e a contabilização ao custo amortizado, sendo expectável uma evolução mais favorável da carteira no médio e longo prazo.

Em síntese, a gestão financeira do fundo de reserva em 2025 caracterizou-se por uma abordagem equilibrada, disciplinada e orientada para o longo prazo, com reforço da diversificação por classes de ativos, melhoria do potencial de rendibilidade e manutenção de elevados padrões de prudência e controlo do risco, em conformidade com os objetivos estratégicos do fundo de reserva.

A concentração em depósitos reduziu a rendibilidade global do fundo de reserva, que se situou em cerca de 6%. Caso a política de investimento aprovada em 2022 tivesse sido plenamente implementada, o retorno teria sido de 10,45%. Esta diferença traduz-se numa perda de oportunidade estimada em aproximadamente 9 milhões USD em 2025.

O valor da carteira do fundo de reserva, em 31 de dezembro de 2025, era de 285.839.800,50 USD[1]. Adicionalmente, a variância foi inferior a 1%.

Carteira Fundo Reserva	Valor líquido	Notas
Ações	47.589.952,46	Valorizadas ao justo valor
Obrigações	49.482.879,36	Contabilizadas ao custo amortizado
Depósitos a Prazo de média/longa duração	88.269.657,53	No BNCTL
Depósitos a Prazo de curto prazo	95.004.052,89	Em diversos bancos comerciais em Timor-Leste
Depósitos à Ordem (liquidez)	4.768.559,38	Em diversos bancos comerciais em Timor-Leste e nas contas nos gestores de títulos (BCTL e CGD)
Rendimentos reconhecidos por receber	724.698,88	Dividendos e cupão de obrigações, reconhecidos e ainda não recebidos no período
Total Ativo Fundo		**285.839.800,50**

[1] Este valor corresponde ao Ativo do fundo de reserva em 31 de dezembro de 2025, excluindo os ativos fixos tangíveis (bens de equipamento), apurando apenas o valor da carteira.

4.3. Gestão da carteira

O Instituto Fundo de Reserva da Segurança Social assumiu-se diretamente como entidade de gestão operacional do fundo de reserva, tendo contratado entidades externas para desempenho de funções específicas relativas à gestão operacional, como previsto legalmente.

Assim, e tal como já descrito, o FRSS celebrou contratos de gestão operacional de partes da carteira de ativos do fundo de reserva com duas entidades: a Caixa Gestão de Ativos, para gestão de uma carteira de ações, no montante inicial de 40 milhões USD; e o Banco Central de Timor-Leste, para gestão de uma carteira de obrigações do Tesouro, no montante inicial de 50 milhões USD.

Para além destas, o FRSS contratou ainda uma entidade, a Vieira de Almeida & Associados (VdA) – cuja representação em Timor-Leste é designada por Atlas Timor-Leste (VdAtlas) – para apoio e consultoria jurídico-financeira, com especialização em mercados financeiros. O apoio prestado neste âmbito revelou-se fundamental em 2025, em particular para abertura de contas bancárias e de títulos em Portugal e para elaboração de pareceres legais relativos aos investimentos, à atuação nos mercados e aos custos e obrigações associadas.

No sentido de apoiar a equipa do FRSS no acompanhamento e monitorização das carteiras sob gestão de entidades externas, e na evolução e análise dos mercados, foi também adquirido um terminal bloomberg.

Finalmente, e visando garantir a transparência na prestação de contas, o FRSS contratou uma entidade de auditoria, a Decardo, para auditar as contas do FRSS relativas ao ano 2024. Esta opção revelou-se fundamental, uma vez que o Fiscal Único do FRSS apenas foi designado no final do primeiro trimestre de 2025.

5. Demonstrações Financeiras e Orçamentais

Como referido, o fundo de reserva da segurança social, constituído pelas reservas do sistema de segurança social, é gerido, em regime de capitalização, pelo Instituto Fundo de Reserva da Segurança Social e está afeto exclusivamente à estabilização financeira e à sustentabilidade do regime contributivo de segurança social.

Neste sentido, o fundo de reserva da segurança social está integrado no Instituto FRSS, mas constitui-se como um património autónomo. A nova Lei de Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e gestão financeira pública (LEO, Lei n.º3/2025, de 23 de abril) vem clarificar ainda mais esta autonomia, ao excluir o fundo de reserva do perímetro do Orçamento Geral do Estado (e do Orçamento da Segurança Social), nos termos da alínea a) do número 2 do artigo 2.º da referida Lei. Assim, clarifica-se que as suas contas são distintas e autónomas das do Instituto FRSS enquanto Instituto Público, prevendo a lei (alínea d) do artigo 79.º) que as mesmas sejam anexas à Conta da Segurança Social (integrada de forma autónoma na Conta Geral do Estado), não consolidando naquela por força da segregação patrimonial e da natureza específica das suas fontes de financiamento e aplicação (regime de capitalização).

As contas do fundo de reserva, gerido em regime de capitalização, incluem as demonstrações financeiras e orçamentais e as respetivas notas explicativas.

Dada a natureza do fundo de reserva como fundo de capitalização, as Demonstrações Financeiras em regime de acréscimo constituem o referencial principal para a avaliação da sua performance. Ao contrário dos mapas orçamentais, que se limitam ao registo de fluxos de caixa, o regime de acréscimo permite o reconhecimento integral dos rendimentos gerados pela carteira de investimentos (mesmo os ainda não recebidos), garantindo uma medição fiel da taxa de rentabilidade e da evolução real do património sob gestão.

5.1. Demonstrações Financeiras

A referida alteração no perímetro orçamental da Segurança Social, com a exclusão do fundo de reserva, teve como consequência a obrigatoriedade de prestação de contas do

Instituto FRSS (programa "Administração do FRSS") e do fundo de reserva gerido pelo Instituto FRSS de forma separada, com demonstrações financeiras e orçamentais autónomas. Para efeitos comparativos entre os exercícios de 2024 e 2025, procedeu-se à separação retroativa dos saldos: nas contas do Instituto FRSS, excluiu-se das demonstrações financeiras todos os ativos, passivos, rendimentos e gastos que, embora geridos pelo Instituto FRSS, pertencem legalmente à esfera patrimonial do fundo de reserva; nas contas do fundo de reserva, foram isolados os saldos históricos que constavam nas contas do Instituto FRSS a 31 de dezembro de 2024, constituindo estes valores de abertura para a nova prestação de contas autónoma do fundo de reserva.

Adicionalmente à separação financeira do fundo de reserva (com contas autónomas) e do Instituto FRSS, sobre os saldos atribuídos ao fundo de reserva, e agora autonomizados, foram efetuados ajustamentos de reexpressão retroativa, decorrentes da regularização de omissões de registo de disponibilidades e da aplicação do regime de acréscimo no reconhecimento de rendimentos e de transferências de capital, em conformidade com as IPSAS 1 e 3. Isto permitiu harmonizar as políticas contabilísticas com o referencial de especialização do exercício, com impacto na composição do Ativo e do Passivo originalmente publicados em 2024, aquando da prestação de contas naquele ano.

Estas correções e reexpressão de saldos são detalhadas na Nota 3 às demonstrações financeiras.

A exclusão do fundo de reserva do perímetro orçamental e a apresentação de contas independentes permitiu ao fundo preparar as demonstrações financeiras de 2025 de acordo com as IPSAS já alinhadas com o regime de acréscimo, permitindo uma visão fiel da rentabilidade dos seus investimentos. Para garantir a total transparência e comparabilidade, procedeu-se à reconstituição integral e reexpressão retroativa dos saldos e fluxos do exercício de 2024 (Balanço, Demonstração de Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa), assegurando uma análise consistente da evolução real do património. Ressalva-se que, devido à integração histórica de dados em períodos remotos, apenas a Demonstração das Alterações no Património Líquido não é incluída de forma autónoma, encontrando-se as suas variações detalhadas nas Notas Explicativas.

5.1.1. Mapas de Demonstrações Financeiras

Balanço (USD)

RUBRICAS	NOTAS	2025	2024 (reexpresso)
ATIVO			
Ativo não corrente		**137 765 274,39**	**0,00**
Ativos fixos tangíveis	4/5	12 737,50	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	4/6	137 752 536,89	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Ativo corrente		**148 087 263,61**	**217 219 267,24**
Inventários		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios obtidos		0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Prestações Sociais a Repor		0,00	0,00
Outras contas a receber	10	724 698,88	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Ativos financeiros	4/7	47 589 952,46	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	3/8	99 772 612,27	217 219 267,24
Total do Ativo		**285 852 538,00**	**217 219 267,24**
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	3/11/13	72 187 192,03	19 375 885,74
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		197 779 344,18	190 919 553,94
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no património líquido		0,00	0,00
Resultado líquido do período	3/12	13 449 831,13	6 859 790,25
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total do Património Líquido		**283 416 367,34**	**217 155 229,93**
PASSIVO			
Passivo não corrente		**0,00**	**0,00**
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Passivo corrente		**2 436 170,66**	**64 037,31**
Credores por transferências e subsídios concedidos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Prestações Sociais a Pagar		0,00	0,00
Outras contas a pagar	3/10	114 557,78	0,00
Diferimentos	3/10	2 321 612,88	64 037,31
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Total do Passivo		**2 436 170,66**	**64 037,31**
Total do Património Líquido e Passivo		**285 852 538,00**	**217 219 267,24**

Demonstração de Resultados (USD)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2025	PERÍODOS 2024 (reexpresso)
Impostos e taxas	12	167 114,33	106 684,89
Vendas		0,00	0,00
Prestações de serviços		0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	12/13	460 810,89	0,00
Rendimentos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	12	447 460,89	0,00
Gastos com pessoal		0,00	0,00
Transferências e subsídios concedidos		0,00	0,00
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidade de inventarios (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	7/12	7 798 236,03	0,00
Outros rendimentos e ganhos	3/12	4 343 068,64	6 742 211,70
Outros gastos e perdas	12	173 424,25	0,00
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		**12 148 344,75**	**6 848 896,59**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5/12	612,50	0,00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		**12 147 732,25**	**6 848 896,59**
Juros e rendimentos similares obtidos	6/7/8/12	1 302 098,87	10 893,65
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		**13 449 831,12**	**6 859 790,24**
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		**13 449 831,12**	**6 859 790,24**

Demonstração dos Fluxos de Caixa (USD)

RUBRICAS	Notas	2025	2024 (reexpresso)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos		**460 810,89**	**0,00**
Recebimentos de clientes		0,00	0,00
Recebimentos de contribuintes/beneficiários		0,00	0,00
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		460 810,89	0,00
Pagamentos		**-332 923,11**	**0,00**
Pagamentos a fornecedores		-332 923,11	0,00
Pagamentos ao pessoal		0,00	0,00
Pagamentos a contribuintes/beneficiários		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de prestações sociais		0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações		**127 887,78**	**0,00**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		*0,00*	*0,00*
Outros recebimentos/pagamentos		2 321 612,88	0,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**2 449 500,66**	**0,00**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:		**-181 180 629,67**	**0,00**
Ativos fixos tangíveis		-13 350,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-138 079 619,50	0,00
Aquisição de Obrigações		-49 809 961,97	0,00
Constituição de Depósitos a Prazo		-88 269 657,53	0,00
Ativos financeiros - Aquisição de Ações		-42 616 887,30	0,00
Outros encargos e taxas com investimentos		-470 772,87	0,00
Recebimentos provenientes de:		**61 284 474,04**	**26 235 675,98**
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Venda de Obrigações		0,00	0,00
Resgate de Depósitos a Prazo		0,00	0,00
Ativos financeiros - Venda de Ações		3 000 890,30	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Transferências de Capital	11	52 811 306,29	19 375 885,74
Contribuições sociais para capitalização		167 114,33	106 684,89
Juros e rendimentos similares		4 977 017,46	6 753 105,35
Dividendos - Ações		328 145,66	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**-119 896 155,63**	**26 235 675,98**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:		**0,00**	**0,00**
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		**0,00**	**0,00**
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**0,00**	**0,00**
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		**-117 446 654,97**	**26 235 675,98**
Efeito das diferenças de câmbio		**0,00**	**0,00**
Caixa e seus equivalentes no início do período		**217 219 267,24**	**190 983 591,26**
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**99 772 612,27**	**217 219 267,24**
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		**217 219 267,24**	**190 983 591,26**
-Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
+Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		0,00	0,00
-Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
=Saldo de gerência anterior	8	**217 219 267,24**	**190 983 591,26**
De execução orçamental		217 219 267,24	190 983 591,26
De Operações de Tesouraria		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**99 772 612,27**	**217 219 267,24**
-Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
+Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		0,00	0,00
-Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
=Saldo para a gerência seguinte	8	**99 772 612,27**	**217 219 267,24**
De execução orçamental		97 450 999,39	217 219 267,24
De Operações de Tesouraria		2 321 612,88	0,00

5.1.2. Análise do Desempenho Financeiro

O Balanço permite conhecer a situação financeira patrimonial do fundo de reserva em 2025 e compará-la com o ano anterior (saldos de 2024 reexpressos, V. Nota 3).

ATIVO

O Ativo tem o valor total de 285.852.538,00 USD, superior em 31,6% ao valor de 2024, em resultado da constituição de Ativo Não Corrente, apesar da redução no Ativo Corrente.

USD

RUBRICAS	2025	Peso relativo (%)	2024 (reexpresso)	Variação homóloga absoluta	Variação homóloga (%)
ATIVO					
Ativo não corrente	**137 765 274,39**	**48,19%**	**0,00**	**137 765 274,39**	-
Ativos fixos tangíveis	12 737,50	0,00%	0,00	12 737,50	-
Propriedades de investimento	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Ativos intangíveis	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Investimentos financeiros	137 752 536,89	48,19%	0,00	137 752 536,89	-
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Diferimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Outros ativos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Ativo corrente	**148 087 263,61**	**51,81%**	**217 219 267,24**	**-69 132 003,63**	**-31,83%**
Inventários	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Devedores por transferências e subsídios obtidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Prestações Sociais a Repor	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Outras contas a receber	724 698,88	0,25%	0,00	724 698,88	-
Diferimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Ativos financeiros	47 589 952,46	16,65%	0,00	47 589 952,46	-
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Caixa e depósitos	99 772 612,27	34,90%	217 219 267,24	-117 446 654,97	-54,07%
TOTAL DO ATIVO	**285 852 538,00**	**100,00%**	**217 219 267,24**	**68 633 270,76**	**31,60%**

A redução no Ativo Corrente, relativamente ao ano 2024, deve-se à diminuição, em mais de 50%, do montante em caixa e depósitos, não totalmente compensada por outras rubricas do Ativo Corrente, designadamente pela aquisição, em valor equivalente, de ativos financeiros. Isto verificou-se porque em 2024 a totalidade do Ativo correspondia aos montantes em caixa e depósitos de curto prazo, uma vez que as reservas acumuladas no fundo foram sendo rentabilizadas exclusivamente através de sucessivos depósitos a prazo de curto prazo. Em 2025, o FRSS iniciou a implementação da política de investimento do

fundo de reserva, com as primeiras aplicações nos mercados financeiros, tendo transferido parte dos montantes em depósitos para ativos financeiros (ações) - refletidos na rubrica "Ativos Financeiros" do Ativo Corrente no Balanço – e parte para investimentos financeiros (depósito a prazo a 2 anos no BCTL e obrigações, com maturidade superior a 1 ano, do Tesouro americano) – refletido na rubrica "Investimentos Financeiros" do Ativo Não Corrente.

Apesar da diminuição relativa, o Ativo Corrente continua a ser a principal componente do Ativo de Balanço, com um peso de 51,81%. O Balanço mostra que o Ativo Corrente em 2025 é composto por:

- "Outras contas a receber", no valor de 724.698,88 USD, correspondentes a dividendos de ações relativas ao mês de dezembro, que não foram recebidas em 2025 e ao cupão das obrigações adquiridas (tendo sido reconhecido o direito proporcional ao valor do juro corrido relativo ao ano 2025, incluindo ainda o ajuste do juro comprado na origem);

- "Ativos Financeiros", no valor de 47.589.952,46 USD, representando 16,65% do total do Ativo e 32,14% do Ativo Corrente. Este valor é superior ao investimento inicial em ações (40 milhões USD), refletindo a atuação de compra e venda nos mercados e a rentabilidade/valorização líquida agregada da carteira de ações. Este montante reflete o justo valor da posição em títulos, excluindo a liquidez em conta de custódia e o ajustamento dos custos de transação.

- "Caixa e depósitos", no valor de 99.772.612,27 USD, com um peso de 34,9% no total do Ativo. Esta componente é ainda muito significativa, revelando a atuação cautelosa da administração do fundo, conforme já referido. O quadro seguinte apresenta a discriminação deste montante.

"Caixa e depósitos" fundo de reserva da segurança social (USD)

	31 dezembro 2025	31 dezembro 2024 (reexpresso)
Caixa	**0,00**	**0,00**
Depósitos à ordem	**4.768.559,38**	**593.203,11**
BNU	277,96	4.741,77
MANDIRI	590,77	6.288,45
BRI	744,93	73.181,12
ANZ	4.539,06	4.825,00
BNCTL	2.404.491,12	488.533,61
BRI Administração	1.477.486,71	15.633,16
BCTL*	648.050,03	0,00
CGD Portugal*	232.378,80	0,00
Depósitos a prazo**	**95.004.052,89**	**216.626.064,13**
BNU	20.497.906,87	30.595.791,67
MANDIRI	25.637.670,17	47.010.365,27
BRI	43.258.230,30	46.010.158,91
ANZ	5.610.245,55	0,00
BNCTL	0,00	93.009.748,28
Caixa e Depósitos	**99.772.612,27**	**217.219.267,24**

* Contas referentes a investimentos (carteiras de ações e obrigações)

** Depósitos com maturidade até 1 ano

O Ativo Não Corrente, no valor de 137.765.274,39 USD, constituído em 2025, tem um peso de 48,19% no total do Ativo, quase exclusivamente devido aos investimentos financeiros realizados. Nos investimentos financeiros incluem-se a compra de obrigações do Tesouro americano (no montante de 49.809.961,97 USD, a que acresce o valor da amortização de desconto do título de 10.625,39 e o ajuste do juro comprado na origem e que o fundo de reserva irá receber na maturidade no valor de 337.708,00 USD) e o depósito a prazo, a dois anos, no BNCTL (no montante de 88.269.657,53 USD). Nos dois casos, trata-se de investimentos financeiros com maturidades superiores a um ano, que asseguram o

necessário equilíbrio da carteira, em termos de risco, mas com uma rentabilidade claramente inferior à carteira de ações.

Relativamente à carteira de obrigações, destaca-se que a opção estratégica de manter os títulos até à maturidade, relacionada com a natureza de longo prazo do fundo de reserva, implica que a contabilização seja feita ao custo amortizado, em conformidade com a IPSAS 41. Na prática, esta prudência contabilística permitiu, em 2025, evitar o reconhecimento de perdas de mercado temporárias no montante de cerca de 4,3 milhões de USD, evidenciando a robustez da estratégia de capitalização do fundo de reserva da segurança social. Tendo em conta esta política contabilística, a carteira de obrigações contribuiu positivamente, com um montante de 831.738,00 USD, para o resultado líquido do exercício, espelhado no Balanço e na Demonstração de Resultados, e assim discriminado:

Resultado Líquido Contabilístico	Valor (USD)
Ativo	**50.848.745,39**
Investimentos Financeiros	49.482.879,36
Contas a receber	717.816,00
Caixa e equivalentes	648.050,03
Passivo	**17.007,00**
Contas a pagar	17.007,00
Capital Próprio	**50.000.000,00**
Resultado Líquido	**831.738,39**

Os Ativos Fixos tangíveis têm uma expressão irrelevante, o que se explica pela natureza do fundo de reserva. O montante expressado no Balanço (12.737,50 USD) corresponde ao valor dos bens de equipamento adquiridos em 2025, deduzido da respetiva amortização. Trata-se da aquisição de computadores com caraterísticas e capacidade essencial para instalação de programas específicos (designadamente estatísticos e de análise de dados), essenciais aos trabalhos desenvolvidos pelos técnicos na análise de mercados e performance do fundo.

PASSIVO

O Passivo tem o valor total de 2.436.170,69 USD, muito superior ao montante de 2024 (reexpresso). Apesar disso, o Passivo representa apenas 0,85% do Património Líquido e

Passivo. Em 2025, o Passivo do fundo de reserva é composto por "contas a pagar" e sobretudo por "diferimentos" (Passivo Corrente).

USD

RUBRICAS	2025	Peso relativo (%)	2024 (reexpresso)	Variação homóloga absoluta	Variação homóloga (%)
PASSIVO					
Passivo não corrente	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**	-
Provisões	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Financiamentos obtidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Diferimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Outras contas a pagar	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Passivo corrente	**2 436 170,66**	**0,85%**	**64 037,31**	**2 372 133,35**	**3704,30%**
Credores por transferências e subsídios concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Fornecedores	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Financiamentos obtidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Prestações Sociais a Pagar	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Outras contas a pagar	114 557,78	0,04%	0,00	114 557,78	-
Diferimentos	2 321 612,88	0,81%	64 037,31	2 257 575,57	3525,41%
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Outros passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
TOTAL DO PASSIVO	**2 436 170,66**	**0,85%**	**64 037,31**	**2 372 133,35**	**3704,30%**
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	**285 852 538,00**	**100,00%**	**217 219 267,24**	**68 633 270,76**	**31,60%**

As "contas a pagar", no montante de apenas 114.557,78 USD, refletem o reconhecimento contabilístico (na base de acréscimo) das comissões a pagar (ainda não liquidadas) às entidades gestoras das carteiras de ações (gestão ativa) e obrigações. Estas comissões são cobradas por débito direto da conta do fundo de reserva nos gestores, pelo que se trata apenas da política adotada pelos mesmos, e não de dívidas contraídas pelo fundo de reserva de modo deliberado e opcional.

Os "Diferimentos" constituem a grande parcela do Passivo, no montante de 2.321.612,88 USD (95,30% do Passivo total) e não dizem respeito a dívida, tratando-se de um Passivo por prudência. De facto, este montante refere-se aos juros já pagos pelo BNCTL relativos ao depósito a prazo de longa duração (investimento financeiro), que o fundo de reserva não reconhece como rendimentos, uma vez que o contrato celebrado prevê a perda total dos juros em caso de mobilização antecipada.

PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O Património Líquido apresenta um valor total de 283.416.367,34 USD, superior ao registado em 2024 em 30,51%. Este montante inclui, além dos resultados transitados, o capital e o resultado líquido do exercício de 2025, e é prova da solidez do sistema e da eficácia da estratégia de capitalização iniciada nos mercados em 2025.

USD

RUBRICAS	2025	Peso relativo (%)	2024 (reexpresso)	Variação homóloga absoluta	Variação homóloga (%)
TOTAL DO ATIVO	**285 852 538,00**	**100,00%**	**217 219 267,24**	**68 633 270,76**	**31,60%**
PATRIMÓNIO LÍQUIDO					
Património/Capital	72 187 192,03	25,25%	19 375 885,74	52 811 306,29	272,56%
Ações (quotas) próprias	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Prémios de emissão	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Resultados transitados	197 779 344,18	69,19%	190 919 553,94	6 859 790,24	3,59%
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Excedentes de revalorização	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Outras variações no património líquido	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Resultado líquido do período	13 449 831,13	4,71%	6 859 790,25	6 590 040,88	96,07%
Dividendos antecipados	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
Interesses que não controlam	0,00	0,00%	0,00	0,00	-
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	**283 416 367,34**	**99,15%**	**217 155 229,93**	**66 261 137,41**	**30,51%**
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	**285 852 538,00**	**100,00%**	**217 219 267,24**	**68 633 270,76**	**31,60%**

Destaca-se o aumento do capital em 52,8 milhões USD relativamente ao ano 2024, o que traduz o aumento do montante dos excedentes do regime contributivo de segurança social (contribuições sociais cobradas – prestações sociais pagas) que o INSS transferiu para o fundo de reserva, para efeitos de capitalização. No valor total do capital, de 72.187.192,03 USD, representando 25,25% do Património Líquido e Passivo, está também incluída a parcela transferida pelo INSS (com origem em contribuições sociais) para despesas com a gestão das carteiras do fundo de reserva e não gasta pelo fundo (1.139.189,11 USD dos 1,6 milhões USD recebidos), que reverte para a capitalização, sendo por isso contabilizado como "reforço de capital".

O resultado líquido do exercício, no valor de **13.449.831,13 USD**, representa um aumento de 96% relativamente a 2024. Trata-se de um resultado líquido do período bastante positivo, para o qual contribui o elevado valor dos Ativos (investimentos financeiros, ativos financeiros e caixa e equivalentes de caixa) e um Passivo relativamente irrelevante.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Este resultado líquido é confirmado pela Demonstração de Resultados e corresponde à diferença entre os rendimentos totais (14.071.328,76 USD) e os gastos totais (621.497,64 USD) reconhecidos, resultando da soma dos resultados operacionais (12.147.732,25 USD) com os resultados financeiros (1.302.098,87 USD).

Síntese da Demonstração de Resultados do fundo – 2025 (USD)

Resultados	Rendimentos		Gastos		Resultados	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Operacionais	12.769.229,89	90,75%	621.497,64	100,00%	12.147.732,25	90,32%
Financeiros	1.302.098,87	9,25%	0,00	0,00%	1.302.098,87	9,68%
Total	**14.071.328,76**	**100,00%**	**621.497,64**	**100,00%**	**13.449.831,12**	**100,00%**

Os **resultados operacionais** estão relacionados com a atividade corrente do fundo de reserva, ou seja, com a rentabilização das reservas do sistema de segurança social. Assim, o resultado positivo alcançado em 2025, no montante de 12.147.732,25 USD, resultante de um montante de rendimentos muito superior ao montante de gastos, revela que o fundo de reserva está a cumprir a sua principal missão.

Nos rendimentos operacionais, as rubricas mais relevantes são os aumentos em relação ao justo valor (61,07%), que refletem a valorização da carteira de ações, e os "outros rendimentos e ganhos" (34%), onde se contabilizam os rendimentos dos depósitos a prazo. Note-se que não foram reconhecidos os rendimentos que já deram entrada na conta bancária do fundo relativos aos juros do depósito a prazo a 2 anos no BNCTL, no total de 2.321.612,88 USD, pelo facto deste montante não poder ser reconhecido como rendimento efetivo até ao vencimento do depósito, nos termos do contrato celebrado.

Estão ainda incluídos em rendimentos operacionais, com menor expressão, os montantes relativos às contribuições sociais que são recebidas diretamente em contas bancárias do fundo de reserva (pagas pelo FRSS e pelo INSS) e os relativos às transferências do INSS para financiamento das despesas com a gestão operacional das carteiras do fundo. Estas transferências têm uma natureza muito específica: os montantes têm origem em contribuições sociais cobradas pelo INSS, pelo que o montante não gasto pelo fundo em

despesas com a gestão das carteiras deve reverter obrigatoriamente para reforço de capital e ser rentabilizado. Em 2025, estas transferências totalizaram 1,6 milhões USD, mas apenas foram reconhecidos gastos no montante de 460.810,89 USD, pelo que é esse o valor contabilizado também como transferências correntes recebidas. O remanescente, no total de 1.139.189,11 USD foi contabilizado como reforço de capital, com reflexo no Balanço e não na Demonstração de Resultados.

Rendimentos – Demonstração de Resultados do fundo 2025 (USD)

Resultados	Rendimentos 2025		
	Valor	%	
Operacionais	**12 769 229,89**	**90,75%**	**100,00%**
Contribuições Sociais	167.114,33	1,19%	1,31%
Transferências Correntes	460.810,89	3,27%	3,61%
Aumentos/reduções de justo valor	7.798.236,03	55,42%	61,07%
Outros rendimentos e ganhos	4.343.068,64	30,86%	34,01%
Financeiros	**1.302.098,87**	**9,25%**	**100,00%**
Juros e rendimentos similares	1.302.098,87	9,25%	100,00%
Total	**14.071.328,76**	**100,00%**	

Nos gastos operacionais, a parcela mais importante são os fornecimentos e serviços externos (72%) onde se contabilizam os gastos reconhecidos (mesmo que ainda não liquidados) com a gestão da carteira do fundo, incluindo as comissões aos gestores das carteiras de ações e obrigações, a aquisição do terminal da *bloomberg* (para acompanhamento e análise dos mercados em tempo real) e equipamento informático específico, e a contratação de outros serviços como auditoria financeira e serviços jurídico-financeiros especializados em mercados financeiros. Os "outros gastos e perdas", com um peso muito menor (27,9%), incluem os encargos com a negociação de títulos nos mercados acionistas.

Os **resultados financeiros** são também positivos, não havendo registo de gastos. Os rendimentos financeiros, no montante de 1.302.098,87 USD dizem respeito aos juros obtidos pelos depósitos à ordem, dividendos reconhecidos pela venda de ações e rendimentos reconhecidos relativos ao cupão de obrigações (ao custo amortizado).

Gastos – Demonstração de Resultados do fundo 2025 (USD)

Resultados	Gastos 2025		
	Valor	%	
Operacionais	**621.497,64**	**100,00%**	**100,00%**
Fornecimentos e Serviços Externos	447.460,89	72,00%	72,00%
Outros gastos e perdas	173.424,25	27,90%	27,90%
Amortizações e Depreciações	612,50	0,10%	0,10%
Financeiros	**0,00**	**0,00%**	**100,00%**
Juros e gastos similares	0,00	0,00%	
Total	**621.497,64**	**100,00%**	

A análise da Demonstração de Resultados permite concluir que o resultado líquido alcançado, no montante de 13.449.831,13 USD, reflete uma rentabilidade robusta em todos os segmentos de ativos. Por um lado, a estratégia de manutenção das obrigações ao custo amortizado permitiu estabilizar o resultado, não sendo influenciado pelas desvalorizações temporárias dos mercados. Por outro lado, a carteira de ações capturou a valorização dos mercados internacionais, sendo, com larga distância, a componente que mais contribuiu para o resultado líquido alcançado (peso de 58%). O impacto positivo da gestão dos títulos do fundo de reserva está, assim, refletido nos saldos elevados nas rubricas "aumentos/reduções de justo valor" (valorização das ações detidas) e "juros e rendimentos similares obtidos" (dividendos e rendimentos das obrigações/cupão). Os juros dos depósitos a prazo, reconhecidos na rubrica "outros rendimentos e ganhos" assumem também uma importância significativa, atendendo ao elevado valor ainda colocado nestes depósitos.

Verifica-se, ainda, que o rácio de custos operacionais face ao Ativo total do fundo de reserva situa-se em 0,22%, evidenciando a eficiência da estrutura de gestão do fundo.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite registar as entradas e saídas de caixa, apresentado a liquidez real do fundo de reserva no ano de 2025. Trata-se de uma análise numa ótica distinta e complementar da apresentada pelo Balanço e pela Demonstração

de Resultados (que se baseiam no regime de acréscimo), indicando o dinheiro efetivo nas contas do fundo de reserva no início e no final do ano 2025, e mostrando quanto e como foi gasto pelo fundo de reserva ao longo do ano.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais mostram um resultado positivo, de 2.449.500,66 USD, resultante de um total de recebimentos efetivos superior aos pagamentos, e assim decomposto:

- 127.887,78 USD em "caixa gerada pelas operações". O montante de recebimentos refere-se a parte da transferência do INSS para cobrir os custos com a gestão das carteiras do fundo de reserva, no total de 460.810,89 USD. O montante de pagamentos, de 332.923,11 USD, refere-se aos encargos com a gestão operacional das carteiras, financiadas com a transferência do INSS. Note-se que, com base nessa transferência do INSS, o fundo de reserva gastou, além dos 332.923,11 USD referidos, também 13.350,00 USD na aquisição de equipamento informático, movimento refletido nos pagamentos de atividades de investimento. Assim, o saldo em caixa relativo à transferência do INSS (127.887,78 USD – 13.350,00 USD) é exatamente a verba guardada no banco para pagamento de comissões aos gestores operacionais da carteira de ações e obrigações (114.537,78 USD) reconhecidos como gastos na Demonstração de Resultados, mas que (ainda) não saíram da conta bancária até 31 de dezembro de 2025.

- 2.321.612,88 USD referentes aos juros corridos, respeitantes ao período, relativos a um depósito a prazo realizado no BNCTL com a maturidade de dois anos (classificado como investimento financeiro). Apesar destes juros terem sido efetivamente recebidos na conta bancária, o fundo de reserva não os reconheceu como "lucro", uma vez que o direito aos mesmos só é efetivado na data de vencimento do depósito, nos termos previstos nas cláusulas contratuais. Por essa razão, este montante está classificado na rubrica "outros recebimentos" dos fluxos de caixa das atividades operacionais, e não em fluxos de atividades de investimento.

Os fluxos de caixa das atividades de investimento mostram um resultado negativo de - 119.896.155,63 USD, o que é, na verdade, um sinal muito positivo para o futuro do fundo de reserva: mostra que o fundo está a crescer e a utilizar os seus recursos para investir. Nos pagamentos, no total de 181.180.629,67 USD estão registados os custos com a aquisição de ativos financeiros (ações) e investimentos financeiros (obrigações do Tesouro e a constituição do depósito a prazo com maturidade de 2 anos no BNCTL). Nos recebimentos estão incluídos:

- as transferências do INSS para reforço do capital do fundo de reserva, no montante de 52.811.306,29 USD, incluindo 51.672.117,18 USD diretamente transferidos para reforço de capital e 139.189,11 USD transferidos para a gestão da carteira, mas não gasto, revertendo para reforçar o capital do fundo a ser capitalizado. Assim, os fluxos provenientes de transferências do INSS foram classificados em função da sua afetação final: o montante de 460.810,89 USD foi reconhecido como fluxo operacional para cobertura de encargos de gestão, enquanto o remanescente de 52.811.306,29 USD foi classificado como fluxo de investimento, integrando o reforço do capital permanente do fundo.

- os rendimentos obtidos com a venda de ações nos mercados (3.000.890,30 USD), dividendos (328.145,66 USD) e juros relativos a depósitos à ordem e a prazo vencidos, bem como *repos* (4.977.017,46 USD).

- as contribuições sociais do INSS e do FRSS (incluindo contribuições e cotizações dos trabalhadores) recebidas diretamente em contas do fundo de reserva, e que se destinam a capitalização.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa revela um saldo de gerência no fim do período de 99.772.612,27 USD, confirmando o montante em caixa e depósitos apresentado no Ativo Corrente no Balanço. Este saldo inclui os 2.321.612,88 USD referentes aos juros já pagos pelo BNCTL, mas que estão apenas registados como operações de tesouraria, não tendo sido reconhecido ainda o rendimento, como já explicado.

Note-se que os fluxos de caixa apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa excluem as transferências internas entre contas bancárias de depósitos à ordem e

depósitos a prazo tituladas pelo fundo, uma vez que estas operações representam meras movimentações de gestão de tesouraria sem impacto na liquidez global da entidade (as contas de depósitos à ordem e de depósitos a prazo são consideradas "caixa e equivalentes", conforme Nota 8). No entanto, é incluída a transferência para constituição do depósito a prazo no BNCTL com maturidade de 2 anos por ser o mesmo classificado como investimento financeiro e não como "caixa e equivalentes de caixa".

5.1.3. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

As Notas que se seguem visam apoiar na leitura e interpretação das demonstrações financeiras do fundo de reserva, relativas ao exercício de 2025, e detalham os principais movimentos e opções contabilísticas, no cumprimento das IPSAS e do normativo e Plano de Contas aplicado à Segurança Social em Timor-Leste.

NOTA 1 – Identificação da Entidade

1.1. Identificação

Designação	Fundo de reserva da Segurança Social
N.º Identificação Fiscal (TIN)	6001464
N.º Identificação da Segurança Social (NISS)	900291044
Endereço	Díli, instalações do FRSS

1.2. Natureza e Modelo de Gestão

O fundo de reserva da segurança social foi criado pela Lei n.º12/2016, de 14 de novembro, tendo a sua constituição e o seu modelo de gestão sido aprovados pelo Decreto-Lei n.º55/2020, de 28 de outubro, com a redação em vigor.

No âmbito do enquadramento legal aprovado, o fundo de reserva é um património autónomo, gerido pelo Instituto Fundo de Reserva da Segurança Social (FRSS), afeto

exclusivamente à capitalização pública das reservas do sistema de segurança social, visando a estabilização financeira e a sustentabilidade futura do mesmo.

O FRSS assume a gestão do fundo de reserva, tendo contratado entidades externas para a gestão operacional de partes da carteira de investimentos, designadamente de ações e de obrigações.

1.3. Reporte e Prestação de Contas

Nos termos da alínea a) do n.º2 do artigo 2.º da Lei n.º3/2025, de 23 de abril (LEO/Lei de Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e gestão financeira pública), o fundo de reserva gerido pelo FRSS, que compõe o regime de capitalização do sistema de segurança social, é excluído do perímetro do Orçamento Geral do Estado.

Assim, em 2025, nos termos legais (alínea d) do artigo 79.º da LEO), as contas do fundo são apresentadas de forma autónoma e anexas à Conta da Segurança Social, não consolidando nas contas do Instituto Fundo de Reserva da Segurança Social enquanto organismo público.

1.4. Tutela

O FRSS, que gere o fundo de reserva, está sob a tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área da segurança social (artigo 4.º do Decreto-Lei n.º55/2020, de 28 de outubro, com a redação em vigor).

NOTA 2 – Declaração de apresentação razoável e conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o sistema contabilístico e o Plano de Contas adotados pela Segurança Social (nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 5.º dos Estatutos do INSS, aprovados pelo Decreto-Lei n.º47/2016, de 14 de dezembro, com a redação em vigor), que se encontram alinhados com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS), emitidas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB).

As demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do fundo de reserva em 2025. Cumprem os requisitos das IPSAS em regime de acréscimo, salvaguardando-se os ajustamentos decorrentes da transição e as reexpressões detalhadas nas Notas 3 e 4.

NOTA 3 – Reexpressão de saldos comparativos 2024

3.1. Justificação das Alterações

De modo a garantir a comparabilidade entre os exercícios de 2024 e 2025, e com base nas IPSAS 1 e 3, os valores apresentados na coluna comparativa de 2024, nas demonstrações financeiras e orçamentais, foram reexpressos, para refletir as seguintes alterações:

- Separação do Perímetro orçamental: a exclusão do fundo de reserva do perímetro orçamental exigiu a separação retroativa dos ativos, passivos, rendimentos e gastos do fundo, os quais em 2024 estavam integrados nas demonstrações do Instituto FRSS.

- Correção da omissão do registo de Juros (64.037,31 USD): foi corrigida a falta do registo contabilístico dos juros de depósito a prazo creditados em 2024 na conta bancária no BRI, cujo direito ao rendimento apenas ocorre em 2025 (na maturidade do depósito). Esta correção implicou um aumento do Ativo (Caixa e Depósitos) e do Passivo (Rendimentos a Reconhecer/diferimentos), sem afetar o Património Líquido.

- Reclassificação de Transferências recebidas (17.375.885,74 USD): as transferências de capital do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), inicialmente classificadas como rendimentos (Conta 7), foram reclassificadas como reforço de capital (Conta 514), conforme previsto na IPSAS 23. Esta alteração fundamentou-se na substância económica destas transferências, que são consideradas contribuições de capital (resultantes de excedentes do regime contributivo de repartição) e visam a capitalização e sustentabilidade de longo

prazo do fundo de reserva. Esta reclassificação implicou a redução do Resultado Líquido de 2024, sem contudo alterar o total do Património Líquido.

- Capitalização de saldos relativos a transferências para gestão da carteira (2.000.000,00 USD): procedeu-se à reclassificação contabilística das verbas transferidas pelo INSS em 2024 para a gestão da carteira do fundo de reserva. Estes montantes têm origem em contribuições sociais e quando não utilizados revertem definitivamente para o capital do fundo de reserva, dada a sua natureza, resultando na anulação do Passivo (Outras contas a pagar). Esta modificação implicou um aumento líquido do Património Líquido.

3.2. Reconciliação do Balanço (31/12/2024) – USD

Rubrica do Balanço	Saldos Originais (Global)*	Ajustamentos de Reexpressão fundo de reserva	Ajustamentos de Reexpressão FRSS, IP	Saldos Reexpressos fundo de reserva	Saldos Reexpressos FRSS, IP**
Ativo Não Corrente	**6 326,04**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6 326,04**
Ativo Corrente	**217 165 153,93**	**64 037,31**	**0,00**	**217 219 267,24**	**9 924,00**
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa e depósitos	217 165 153,93	64 037,31	0,00	217 219 267,24	9 924,00
Total Ativo	**217 171 479,97**	**64 037,31**	**0,00**	**217 219 267,24**	**16 250,04**
Passivo Corrente	**2 078 308,87**	**-1 935 962,69**	**-67 861,00**	**64 037,31**	**10 447,87**
Outras contas a pagar	2 078 308,87	-2 000 000,00	-67 861,00	0,00	10 447,87
Diferimentos	0,00	64 037,31	0,00	64 037,31	0,00
Património Líquido	**215 093 171,10**	**2 000 000,00**	**67 861,00**	**217 155 229,93**	**5 802,17**
Capital/Património	0,00	19 375 885,74	0,00	19 375 885,74	0,00
Resultados transitados	190 919 030,07	0,00	0,00	190 919 553,94	-523,87
Resultado Líquido	24 174 141,03	-17 375 885,74	67 861,00	6 859 790,25	6 326,04
Total Passivo e Património Líquido	**217 171 479,97**	**64 037,31**	**0,00**	**217 219 267,24**	**16 250,04**

* Inclui o Instituto FRSS e o fundo de reserva por si gerido em regime de capitalização

** Passa a excluir o fundo de reserva gerido em capitalização (integra apenas a Administração FRSS).

Adicionalmente, na Demonstração de Resultados do fundo de reserva a rubrica *Transferências e subsídios correntes obtidos* foi reduzida em 17.375.885,74 USD, para desreconhecer o rendimento, que passou a ser classificado como reforço de capital.

3.3. Impraticabilidade de apresentação de saldos iniciais relativos ao fecho do exercício de 2023

Em 2023 as demonstrações financeiras do Instituto FRSS e do fundo de reserva por este gerido estavam integradas e consolidadas nas contas do INSS, não existindo demonstrações financeiras autónomas para o fundo de reserva. Este facto inviabilizou a separação retroativa completa dos saldos finais de 2023 para reconstruir o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2024 (terceira coluna) previsto na IPSAS 1, sem que tal implicasse custos desproporcionais ou elevado risco de incorreções materiais.

Assim, conforme previsto na IPSAS 3 (parágrafos 7 e 28), o fundo de reserva adotou a nova política de autonomia a partir do primeiro exercício em que tal se revelou praticável, reexpressando integralmente o exercício de 2024. Este esforço de ajustamento contabilístico permitiu a apresentação de colunas comparativas completas para o Balanço, Demonstração de Resultados e Demonstração de Fluxos de Caixa de 2024 e 2025.

NOTA 4 – Políticas Contabilísticas e Base de Mensuração

Nota 4 – Políticas Contabilísticas e Base de Mensuração

4.1. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

No cumprimento da nova Lei de Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e gestão financeira pública (Lei n.º3/2025, de 23 de abril), o fundo de reserva gerido em regime de capitalização pelo Instituto Fundo de Reserva da Segurança Social (FRSS) deixou de integrar o perímetro de consolidação contabilística da Conta da Segurança Social em 2025, sendo um património autónomo.

Assim, e nos termos legalmente previstos, as contas do fundo de reserva são apresentadas, pela primeira vez, de forma independente, tendo as respetivas demonstrações financeiras sido preparadas de acordo com as IPSAS e já alinhadas com o regime de acréscimo, permitindo uma visão fiel da rentabilidade dos seus investimentos.

Embora se tenha procedido à reconstituição integral e à reexpressão retroativa dos saldos e fluxos do exercício de 2024, para garantir a comparabilidade e a análise da evolução real do património do fundo, e sejam apresentadas a Demonstração de Resultados, o Balanço e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (Nota 3), não foi possível ainda apresentar a Demonstração das Alterações no Património Líquido.

4.2. Base de Mensuração

A base de mensuração é o custo histórico, exceto para os ativos financeiros mensurados ao justo valor.

4.2.1. Investimentos Financeiros (Custo Amortizado)

As obrigações do Tesouro (*US Treasuries*) e os depósitos a prazo são classificados como instrumentos detidos até à maturidade, para receber rendimentos pelos respetivos juros (cupões). De acordo com a IPSAS 41, estas obrigações são mensuradas ao Custo Amortizado.

- Reconhecimento inicial: registados pelo custo de aquisição (valor executado), líquido de cupões corridos pagos.
- Mensuração subsequente: é feita a amortização da diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal (desconto/prémio) ao longo da vida do título, sendo ignoradas as variações temporárias de mercado (Justo Valor).

4.2.2 Ativos Financeiros (Justo Valor)

As ações são mensuradas ao Justo Valor através de Resultados (Conta 14). As variações de mercado (mais e menos valias) são reconhecidas na Demonstração de Resultados. Atendendo à gestão externa delegada, estas variações incluem de forma integrada o efeito cambial, conforme é reportado pelo gestor.

4.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas a partir do mês da aquisição

ou da entrada em funcionamento dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base duodecimal, de acordo com a vida útil estimada. Para o efeito, são utilizadas as taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens, definidas segundo as regras internas estabelecidas para a Segurança Social:

- Equipamento Informático (fixos e servidores): vida útil de 4 anos (taxa de 25% ao ano)
- *Software informático: vida útil de 5 anos (taxa de 20% ao ano)*

O valor das amortizações é reconhecido como gasto do exercício e registado na Demonstração de Resultados.

4.3. Regime de acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados na base do acréscimo, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas efetivas são contabilizados nas rubricas "outras contas a receber", "outras contas a pagar" ou "diferimentos".

Os juros e cupões são reconhecidos em função do tempo decorrido. No caso dos depósitos com cláusula contratual que determina a perda de juros por mobilização antecipada, aplica-se o princípio da prudência, reconhecendo-se o rendimento apenas na maturidade contratual.

4.5. Moeda de Relato

As demonstrações financeiras são apresentadas em dólares americanos (USD), que é a moeda funcional e de relato do fundo de reserva.

NOTA 5 – Ativos Fixos Tangíveis

Em 2025, o fundo de reserva adquiriu equipamento informático (computadores fixos e portáteis), com caraterísticas e capacidade específicas, destinado à utilização de programas informáticos de análise financeira e estatística.

Estes equipamentos foram classificados como ativos fixos tangíveis e contabilizados pelo custo da aquisição, deduzido da respetiva amortização.

Descrição	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido (31/12/2025)
6 computadores fixos	9.300,00	- 387,50	8.912,50
3 computadores portáteis	4.050,00	- 225,00	3.825,00
Total	**13.350,00**	**- 612,50**	**12.737,50]**

O valor das amortizações foi reconhecido como gasto na Demonstração de Resultados e foi calculado a partir do mês da aquisição ou da entrada em operacionalização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base duodecimal, de acordo com a vida útil estimada, e aplicando as seguintes taxas:

- **Computadores fixos:** Vida útil de 4 anos (Taxa de 25% ao ano)
- **Computadores portáteis:** Vida útil de 3 anos (Taxa de 33,33% ao ano)

NOTA 6 – Investimentos Financeiros (Obrigações do Tesouro e Depósitos a Médio/Longo Prazo)

6.1. Obrigações do Tesouro

6.1.1. Estratégia de investimento e Base de Mensuração

As obrigações do Tesouro dos EUA (*US Treasuries*) são detidas pelo fundo de reserva até à sua maturidade, com o objetivo de receber rendimentos pelos respetivos juros (cupões). De acordo com a IPSAS 41, estas obrigações são mensuradas ao Custo Amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Esta opção metodológica está alinhada com a estratégia de longo prazo do fundo de reserva, permitindo neutralizar a volatilidade temporária das taxas de juro de mercado. Deste modo, as variações de justo valor (MTM) reportadas pela entidade gestora, e que em

31 de dezembro de 2025 indicavam uma desvalorização potencial de 4.304.922 USD, não são reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Atendendo a que os títulos são denominados em USD, não existe exposição ao risco cambial. A exposição destes títulos a riscos financeiros está detalhada no capítulo 6.

6.1.2. Conciliação do Valor Contabilístico (Conta 41)

À data de aquisição (20 de outubro de 2025), os títulos foram registados pelo seu custo de aquisição, deduzido dos juros corridos pagos na compra. Durante o exercício de 2025, o valor contabilístico foi ajustado pela amortização do desconto de aquisição.

Descrição da Movimentação (2025)	Valor (USD)
Custo de Aquisição (Valor Executado em 20/10)	49.809.961,97
Reclassificação de Juros Corridos Pagos na Compra (Nota 6.1.3)	- 337.708,00
Amortização do Desconto de Aquisição (Rendimento)	10.625,39
Valor Contabilístico em 31/12/2025 (Custo Amortizado)	**49.482.879,36**

6.1.3. Reconhecimento de Rendimentos de Acréscimo (Conta 272)

De acordo com o regime de acréscimo, o fundo de reserva reconhece os rendimentos do cupão em função do tempo decorrido, independentemente da data do seu efetivo recebimento.

Composição do Saldo de Juros a Receber (Conta 272)	Valor (USD)
Juros Corridos Pagos na Aquisição (Recuperáveis aquando do pagamento dos cupões)	337.708,00
Rendimento de Cupão Gerado em 2025 (outubro a dezembro)	380.050,00
Total de Cupões Acumulados a Receber (31/12/2025)	**717.758,00**

6.1.4. Rendimento global da carteira em 2025

O rendimento total das obrigações em 2025, reconhecido na Demonstração de Resultados (rubrica "juros e rendimentos similares obtidos", correspondendo à Conta 791), foi 390.675,39 USD, incluindo o rendimento de cupão (380.050,00 USD) e a amortização do desconto (10.625,39 USD).

6.1.5. Desempenho global da gestão externa em 2025

O resultado líquido das carteiras de investimentos financeiros sob gestão externa (obrigações e mercado monetário/*repos*) foi de 831.738,39 USD:

Resultado Líquido	**Valor (USD)**
Ativo	**50.848.745,39**
Investimentos Financeiros	49.482.879,36
Contas a receber	717.816,00
Caixa e equivalentes	648.050,03
Passivo	**17.007,00**
Contas a pagar	17.007,00
Capital Próprio	**50.000.000,00**
Resultado Líquido do exercício	**831.738,39**

O resultado líquido é composto por rendimentos de capitais (juros e cupões) e pela valorização progressiva dos títulos ao Custo Amortizado, deduzidos dos encargos de gestão:

Rendimentos e Gastos	Valor (USD)	Natureza
Rendimentos	**925.890,39**	
Juros de *Repos*	535.157,00	Juros de liquidez imediata
Obrigações do Tesouro (cupões)	380.050,00	Rendimento de acréscimo 2025
Amortização de desconto (Obrigações)	10.625,39	Valorização ao Custo Amortizado (2025)
Juros bancários	58,00	Juros bancários
Gastos	**94.152,00**	
Comissões de Gestão	94.152,00	Comissões gestão (julho a dezembro)
Resultado Líquido do exercício	**831.738,39**	

Este resultado apresenta uma divergência material relevante face ao resultado reportado pela entidade gestora (43.879,00 USD). Esta diferença justifica-se pela adoção do modelo de Custo Amortizado (IPSAS 41) por parte do fundo de reserva, que resultou no não reconhecimento das desvalorizações temporárias de mercado (perdas não realizadas) no montante de 4.304.922,00 USD. Adicionalmente, o fundo de reserva procedeu à separação técnica entre o capital investido e os juros corridos pagos no momento da aquisição dos títulos, garantindo que a Demonstração de Resultados reflete apenas a rentabilidade gerada durante o período efetivo de detenção dos ativos.

6.2. Depósitos a Prazo – Médio e Longo Prazo

6.2.1. Natureza

Os depósitos a prazos com maturidade superior a 12 meses são classificados como Ativo Não Corrente, em investimentos financeiros, integrando a estratégia de capitalização a longo prazo.

6.2.2. Política Contabilística e reconhecimento

Os rendimentos de juros de depósitos a prazo de médio e longo prazo são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo, sendo mensurados ao Custo Amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Contudo, nos casos em que os contratos celebrados prevejam a perda total de juros em caso de mobilização antecipada, o fundo de reserva adota o princípio de prudência: o rendimento apenas é reconhecido na Demonstração de Resultados no momento do vencimento do depósito (maturidade), quando o direito ao rendimento se torna incondicional e não existe risco de reversão.

6.2.3. Movimentos no exercício 2025

O fundo de reserva constituiu um depósito a prazo no BNCTL, no montante de 88.269.657,53 USD, com uma maturidade de 2 anos (24 meses) e uma taxa de juro fixa de 4%.

Dada a sua maturidade, este depósito a prazo foi classificado como investimento financeiro, no Ativo Não Corrente.

O contrato celebrado determina a perda total de juros em caso de mobilização antecipada. Neste sentido, e embora o banco pague os juros mensalmente, o fundo de reserva não fez, em 2025, o reconhecimento contabilístico do rendimento. O montante acumulado das entradas em caixa a título de juros (2.321.612,88 USD) foi contabilizado no Passivo Corrente, como rendimentos a reconhecer (diferimentos), aplicando-se o princípio da prudência.

NOTA 7 – Ativos Financeiros (Ações)

7.1. Política Contabilística e Mensuração

A carteira de ações é classificada como um ativo financeiro (Ativo Corrente) e mensurada ao Justo Valor através de resultados, em conformidade com a IPSAS 41.

- **Reconhecimento:** os ativos são atualizados mensalmente com base no valor de mercado reportado pela entidade gestora externa. As variações de valor (mais ou menos-valias) e o efeito cambial são reconhecidos diretamente na Demonstração de Resultados (Contas 771/661).
- **Custos de Transação:** os custos de corretagem e taxas de transação (registadas na Conta 686) são reconhecidos como gastos no momento da sua ocorrência, não integrando o valor do ativo à data do relato.
- **Dividendos:** os dividendos são reconhecidos como rendimentos pelo regime de acréscimo, no momento em que o direito ao recebimento é estabelecido.

As variações de justo valor reconhecidas integram o efeito cambial das moedas de denominação dos títulos face à moeda de relato (Nota 9). A estratégia de mitigação dos riscos financeiros, designadamente risco de mercado, assenta essencialmente na diversificação geográfica da carteira de ações e na monitorização regular de mercados, conforme se detalha no capítulo 6.

7.2. Valorização da carteira em 2025

Em 31 de dezembro de 2025, o valor das ações detidas pelo fundo de reserva totalizava 47.589.952,46 USD. Este montante reflete o Justo Valor das ações, excluindo a liquidez em conta de custódia (Nota 8) e o ajustamento dos custos de transação.

Descrição da Movimentação (2025)	**Valor (USD)**
Investimento líquido em ações (Compras – Vendas)	39.615.997,00
Valorização Líquida de Justo Valor (MTM)	7.798.236,03
Subtotal (Valor de Mercado dos Títulos)	**47.414.233,03**
Outros Ajustes e reinvestimentos	208.644,55
Custos de transação expurgados (corretagem)*	- 32.925,12
Valor no Balanço em 31/12/2025 (conta 14)	**47.589.952,46**

*São expurgados os custos de transação que foram reconhecidos como gastos do exercício, garantindo que o montante no Balanço reflete o Justo Valor líquido dos títulos

7.3. Distribuição Geográfica e diversificação

A carteira apresenta uma estratégia de diversificação global, estando exposta aos principais índices de mercados desenvolvidos e emergentes. A decomposição da carteira de ações por região geográfica à data do balanço é a seguinte:

Região Geográfica	Valor no Balanço (USD)	% Total
Ações EUA	26.444.172,67	55,57%
Ações Área Euro	7.976.358,04	16,76%
Ações Japão	3.752.507,00	7,89%
Ações Europa ex-Area Euro	2.574.781,69	5,41%
Ações Ásia desenvolvida ex-Japão	1.889.959,15	3,97%
Ações Emergentes	4.952.173,91	10,41%
Total	**47.589.952,46**	**100,00%**

NOTA 8 – Caixa e Equivalentes (Disponibilidades)

8.1. Natureza e composição da rubrica

A rubrica "caixa e depósitos" do Ativo Corrente inclui saldos bancários e operações de reporte (*Repos*) com maturidade *overnight*. Dada a liquidez imediata e o risco insignificante de alteração de valor, estas operações são equiparadas a caixa.

	31 dezembro 2025	31 dezembro 2024 (reexpresso)
Caixa	**0,00**	**0,00**
Depósitos à ordem	**4.768.559,38**	**593.203,11**
BNU	277,96	4.741,77
MANDIRI	590,77	6.288,45
BRI	744,93	73.181,12
ANZ	4.539,06	4.825,00
BNCTL	2.404.491,12	488.533,61
BRI Administração	1.477.486,71	15.633,16
BCTL*	648.050,03	0,00
CGD Portugal*	232.378,80	0,00
Depósitos a prazo**	**95.004.052,89**	**216.626.064,13**
BNU	20.497.906,87	30.595.791,67
MANDIRI	25.637.670,17	47.010.365,27
BRI	43.258.230,30	46.010.158,91
ANZ	5.610.245,55	0,00
BNCTL	0,00	93.009.748,28
Caixa e Depósitos	**99.772.612,27**	**217.219.267,24**

Moeda: USD

* Contas referentes a investimentos (carteiras de ações e obrigações)

** Depósitos com maturidade até 1 ano

O saldo em depósito à ordem no BCTL (648.050,03 USD) integra o montante de 400.000,00 aplicado em operações de reporte (*overnight repos*) à data do balanço.

8.2. Política contabilística e reconhecimento dos juros

Os rendimentos de juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No caso específico de depósitos a prazo cujas cláusulas contratuais prevejam a perda total de juros em caso de mobilização antecipada, o fundo de reserva adota uma postura de prudência: o rendimento apenas é reconhecido na Demonstração de Resultados no momento do vencimento do depósito (maturidade), quando o direito ao rendimento se torna incondicional e o risco de reversão é nulo.

8.3. Rendimentos a reconhecer (Passivo) registados

Os juros creditados em conta bancária do fundo de reserva relativos a depósitos a prazo ainda não vencidos e sujeitos a cláusulas de perda por mobilização antecipada são registados no Passivo Corrente (diferimentos):

- O montante de 64.037,31 USD reexpresso em 31 de dezembro de 2024 (referente ao banco BRI) foi integralmente reconhecido como rendimento no exercício de 2025 aquando da maturidade do respetivo depósito;
- Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta rubrica de Passivo reflete os juros recebidos do depósito a médio prazo no BNCTL (Nota 6.2), cujo reconhecimento em resultados é diferido até à maturidade do depósito, aplicando-se o princípio da prudência.

NOTA 9 – Moeda de Relato e Câmbio

9.1. Moeda de relato e funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em dólares americanos (USD), moeda oficial de Timor-Leste e que é a moeda funcional e de relato.

9.2. Transações em Moeda Estrangeira

Como previsto na IPSAS 4, as transações efetuadas em moeda estrangeira são convertidas para USD utilizando a taxa de câmbio à data da transação.

Relativamente aos investimentos em mercados internacionais (ações), as variações cambiais entre a data da transação e a data de reporte são integradas na mensuração ao Justo Valor dos títulos. Dada a natureza do reporte da entidade gestora, o efeito cambial não é segregado das variações de preço de mercado, sendo ambos reconhecidos conjuntamente na rubrica de "Aumentos/Reduções de Justo Valor" na Demonstração de Resultados.

NOTA 10 – Acréscimos e Diferimentos

Os rendimentos e os gastos são registados na base do acréscimo, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas efetivas são contabilizados em contas de acréscimos e diferimentos.

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos das rubricas de acréscimos e diferimentos são os seguintes:

10.1. Acréscimos de Rendimentos (Ativo Corrente – outras contas a receber)

Descrição	Valor (USD)
Dividendos de Ações a receber	6.882,88
Juros acumulados de Obrigações do Tesouro (cupões)*	717.758,00
Juros de Depósito no BCTL	58,00
Total de Acréscimos de rendimentos (Ativo)	**724.698,88**

* Inclui o montante de 337.708 USD pago a título de juros corridos no momento da aquisição dos títulos, a recuperar aquando do pagamento dos cupões (Nota 6.1.3).

NOTA 12 – Resultado Líquido

O resultado líquido do exercício de 2025 totaliza 13.449.831,13 USD, refletindo o desempenho consolidado das diversas componentes do património do fundo de reserva. Para uma melhor compreensão do desempenho do fundo, este valor é decomposto, nos pontos seguintes, por natureza e segmento de investimento, reconciliando os saldos da Demonstração de Resultados.

12.1. Rendimentos e Ganhos

Rubrica da Demonstração de Resultados	Componentes e Origem	Valor (USD)
Juros e rendimentos similares	Juros de *Repos* e Cupões de Obrigações	390.733,39
	Dividendos Ações	335.028,54
	Juros de Depósitos à Ordem	576.336,94
	Total	**1.302.098,87**
Aumentos de justo valor	Valorização líquida da carteira de Ações (Nota 7)	**7.798.236,03**
Outros rendimentos e ganhos	Juros de Depósitos a Prazo (maturidade 2025)	4.279.031,33
	Regularização de Juros 2024 (reexpressão, Nota 3)	64.037,31
	Total	**4.343.068,64**
Transferências e subsídios correntes	Reconhecimento de verbas de gestão operacional	**460.810,89**
Impostos e Taxas	Contribuições sociais diretamente recebidas	**167.114,33**
Total de Rendimentos		**14.071.328,76**

12.2. Gastos e Perdas

Os gastos do exercício totalizam 621.497,64 USD, sendo compostos maioritariamente pelas comissões de gestão das carteiras externas (Ações e Obrigações), custos de custódia e encargos com a contratação de outros serviços de apoio à gestão (incluindo

serviços jurídico-financeiros e de auditoria). Incluem ainda o gasto com a depreciação do equipamento informático no montante de 612,50 USD (Nota 5).

12.3. Conclusão sobre o desempenho do fundo

O resultado líquido alcançado reflete uma rentabilidade robusta em todos os segmentos de ativos. A estratégia de manutenção das obrigações até à maturidade, mensuradas ao Custo Amortizado, permitiu estabilizar o resultado. Por outro lado, a carteira de ações, mensurada ao Justo Valor, permitiu aproveitar a valorização dos mercados internacionais em cada momento.

NOTA 13 – Divulgação de Partes Relacionadas

13.1. Entidades relacionadas

Nos termos da IPSAS 20, são consideradas partes relacionadas com o fundo de reserva da segurança social as entidades com as quais existe uma relação de controlo, tutela ou influência significativa:

- Tutela: Ministra da Solidariedade Social e Inclusão (MSSI) exerce a tutela e superintendência sobre o FRSS, IP, cabendo-lhe a definição das orientações políticas e a aprovação ou homologação dos planos de investimentos, dos planos de atividades, dos regulamentos e normas internas, bem como dos relatórios e contas do FRSS e do fundo de reserva por si gerido (Decreto-Lei n.º55/2020, de 28 de outubro, com a redação em vigor).
- Fundo de Reserva da Segurança Social, IP (FRSS, IP): Entidade responsável pela gestão e administração do fundo de reserva, cabendo-lhe operacionalizar e executar a política de investimento e proceder à prestação de contas.
- Instituto Nacional de Segurança Social (INSS): Entidade sob a mesma tutela política, responsável pelas transferências dos excedentes do regime contributivo de repartição para capitalização no fundo.

- Pessoas chave da Gestão: Membros do Conselho de Administração e Diretor Executivo, responsáveis pelo planeamento, gestão e controlo das atividades do fundo.

13.2. Transações com Partes Relacionadas

Transações realizadas com partes relacionadas durante o exercício de 2025 não implicaram qualquer custo para o fundo de reserva:

- Transferências de Capital (INSS): nos termos legalmente previstos, o INSS transferiu para o fundo de reserva o montante total de 52.811.306,29 USD (Nota 11), incluindo as transferências diretas de capital (51.672.612,18 USD) e a capitalização do saldo não utilizado das verbas de gestão operacional das carteiras do fundo (1.139.189,11 USD). Estas transferências.
- Gestão (FRSS, IP): o FRSS, IP assegura a estrutura logística e de recursos humanos para a gestão do fundo de reserva. Os custos de funcionamento da estrutura administrativa do FRSS, IP foram suportados pelo seu próprio orçamento de Administração (exceção feita aos salários, suportados pelo orçamento de Administração do INSS), não havendo qualquer encargo para o fundo.

13.3. Remuneração dos Órgãos de Gestão e Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Diretor Executivo é assegurada pelo orçamento do INSS, nos termos do n.º3 do artigo 72.º da Lei n.º3/2025, de 3 de abril, e do n.º3 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º42/2025, de 15 de dezembro. Durante o exercício de 2025, não foram pagas quaisquer remunerações a pessoas chave da gestão diretamente pelo património do fundo de reserva.

NOTA 14 – Eventos subsequentes

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, não são conhecidos quaisquer eventos subsequentes, com impacto material significativo nas demonstrações financeiras, designadamente que alterem a posição financeira e os resultados reportados,

para além da volatilidade considerada normal dos mercados financeiros internacionais onde o fundo detém ativos.

5.2. Demonstrações Orçamentais

Neste ponto são apresentados os mapas de demonstrações orçamentais, apesar do fundo de reserva estar excluído do perímetro do Orçamento da Segurança Social e do Orçamento Geral do Estado, visando assegurar a continuidade do controlo de gestão, seguindo, em grande medida, por analogia e prudência, as regras de execução orçamental da receita e da despesa aplicáveis ao setor público administrativo (designadamente no que se refere ao ciclo da despesa e da receita).

Contudo, clarifica-se que as demonstrações orçamentais refletem apenas os fluxos de caixa de execução, não sendo o instrumento adequado para a avaliação da performance financeira do fundo de reserva. A análise da rentabilidade e da sustentabilidade da carteira de investimentos deve ser efetuada com base na Demonstração de Resultados e no Balanço, onde são reconhecidos os rendimentos de capital, juros decorridos e variações de justo valor (acréscimo).

5.2.1. Mapas de Demonstrações Orçamentais

Demonstração de Desempenho Orçamental (USD)

Período de 01 de Janeiro de 2025 a 31 de Dezembro de 2025

CE	Recebimentos		CE	Pagamentos	
	Saldo da Gerência anterior:	**217 155 229,93**			
	Em Depósitos a Prazo	216 626 064,13			
	Em Depósitos à ordem	529 165,80			
408	**Saldo de gerência**	64 037,31			
	Receitas Orçamentais	**61 745 284,93**		**Despesas Orçamentais**	**181 513 552,78**
	Correntes	**10 073 167,75**		**Correntes**	**817 045,98**
401.01.01	Imposto sobre serviços	0,00	501.01.01	Salários de titulares de cargos políticos	0,00
401.01.02	Imposto seletivo de consumo	0,00	501.01.02	Salários de membros de órgãos de direção	0,00
401.01.03	Imposto sobre vendas	0,00	501.01.03	Salários de titulares de cargos de direção e chefia	0,00
401.01.04	Imposto sobre salários	0,00	501.01.04	Salários de funcionários e agentes	0,00
401.01.05	Imposto sobre o rendimento	0,00	501.01.05	Salários de contratados nacionais	0,00
401.01.06	Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	501.01.06	Salários de contratados internacionais	0,00
401.01.07	Imposto sobre o Petróleo Suplementar	0,00	501.01.07	Salários de estagiários do Centro de Formação Jurídica e Judiciária	0,00
401.01.08	Lucros partilhados do Petróleo e Gás	0,00	501.01.08	Salários de estagiários do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano	0,00
401.01.09	Timor Sea First Tranche Petroleum (FTP) Royalties	0,00	501.01.09	Salários de outros beneficiários	0,00
401.01.10	Impostos abolidos	0,00	501.01.10	Abono para despesas de representação	0,00
401.01.11	Outros Impostos	0,00	501.01.11	Décimo terceiro mês	0,00
401.02	Direitos aduaneiros de importação	0,00	501.01.12	Outros abonos regulares e permanentes	0,00
401.03.01	Contribuições de entidade empregadora do Setor Público	0,00	501.02.01	Horas extraordinárias	0,00
401.03.02	Contribuições de entidade empregadora do Setor Privado	0,00	501.02.02	Subsídio mensal de transporte	0,00
401.03.03	Cotizações de trabalhador do Setor Público	167 114,33	501.02.03	Ajudas de custo por recolocação	0,00
401.03.04	Cotizações de trabalhador do Setor Privado	0,00	501.02.04	Suplemento de turno	0,00
402.01.01	Taxas aeroportuárias	0,00	501.02.05	Suplemento por trabalho em local remoto ou de difícil acesso	0,00
402.01.02	Taxas ambientais	0,00	501.02.06	Subsídio de alojamento	0,00
402.01.03	Taxas de estacionamento	0,00	501.02.07	Subsídio de alimentação	0,00
402.01.04	Taxas de justiça	0,00	501.02.08	Subsídio de risco	0,00
402.01.05	Taxas de publicidade	0,00	501.02.09	Outros abonos variáveis ou eventuais	0,00
402.01.06	Taxas de passaporte	0,00	501.03	Contribuição para a Segurança Social como entidade empregadora	0,00
402.01.07	Taxas de entrada e vistos	0,00	501.04	Outras despesas com pessoal	0,00
402.01.08	Taxas de registo	0,00	502.01	Matérias primas e subsidiárias	0,00
402.01.09	Taxas de pesca	0,00	502.02	Mercadorias para venda	0,00
402.01.10	Taxas portuárias	0,00	502.03.01	Fardamento	0,00
402.01.11	Taxas sobre atividade florestal	0,00	502.03.02	Outro vestuário e artigos pessoais	0,00
402.01.12	Taxas sobre atividades extrativas	0,00	502.04.01	Água	0,00
402.01.13	Taxas sobre atividade petrolífera	0,00	502.04.02	Eletricidade	0,00
402.01.14	Taxas sobre telecomunicações	0,00	502.04.03	Gás	0,00
402.01.15	Taxas sobre transportes	0,00	502.04.04	Outros bens públicos	0,00
402.01.16	Taxas sobre jogos sociais	0,00	502.05.01	Produtos alimentares não confecionados	0,00
402.01.17	Propinas	0,00	502.05.02	Refeições confecionadas	0,00
402.01.18	Outras taxas	0,00	502.05.03	Bebidas	0,00
402.02.01	Juros de mora	0,00	502.05.04	Outra alimentação	0,00
402.02.02	Juros compensatórios	0,00	502.06	Material médico e hospitalar	0,00
402.02.03	Coimas decorrentes do Código da Estrada	0,00	502.07	Material escolar	0,00
402.02.04	Sanções e coimas da Segurança Social	0,00	502.08	Material agrícola	0,00
402.02.05	Coimas laborais	0,00	502.09	Material de escritório	0,00
402.02.06	Multas decorrentes de processo crime	0,00	502.10.01	Combustível para geradores	0,00
402.02.07	Outras coimas e penalidades	0,00	502.10.02	Combustível para veículos	0,00
403.01.01	Arrendamento de bens imóveis de média e longa duração	0,00	502.10.03	Combustível para navios	0,00
403.01.02	Arrendamento de bens imóveis de curta duração	0,00	502.10.04	Combustível para aviões	0,00
403.01.03	Arrendamento de bens móveis de média e longa duração	0,00	502.10.05	Outros combustíveis	0,00
403.01.04	Arrendamento de bens móveis de curta duração	0,00	502.11.01	Produtos farmaceuticos	0,00
403.01.05	Outras rendas	0,00	502.11.02	Artigos de limpeza e higiene	0,00
403.02	Ativos incorpóreos	0,00	502.11.03	Munições, explosivos e artifícios	0,00
403.03	Juros	576 336,94	502.11.04	Petróleo	0,00
403.04.01	Dividendos do Banco Central de Timor	0,00	502.11.05	Lubrificantes	0,00
403.04.02	Dividendos do Banco Nacional de Comércio de Timor	0,00	502.11.06	Outros produtos químicos	0,00
403.04.03	Outros dividendos e participações nos lucros	328 145,66	502.12.01	Peças	0,00
403.05	Outros rendimentos	4 400 680,52	502.12.02	Ferramentas e utensílios	0,00

SEGURANÇA SOCIAL

FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

CE	Recebimentos		CE	Pagamentos	
404.01	Transferências correntes do Fundo Petrolífero relativas ao Rendimento Sustentável Estimado	0,00	502.13	Prémios, condecorações e ofertas	0,00
404.02.01.01.01	Para financiamento da Pensão Social	0,00	502.14	Livros e documentação técnica	0,00
404.02.01.01.02	Para financiamento do Regime Transitório	0,00	502.15	Outros bens correntes	0,00
404.02.01.01.03	Para financiamento das despesas de administração	0,00	502.16.01	Limpeza e higiene	0,00
404.02.01.01.04	Para financiamento da garantia de valores mínimos de	0,00	502.16.02	Vigilância e segurança	0,00
404.02.01.02	Transferências correntes de outros Ministérios e organismos	0,00	502.17.01	Manutenção de veículos	0,00
404.02.02	Transferências correntes da Segurança Social (entre regimes)	1 600 000,00	502.17.02	Manutenção de navios	0,00
404.02.03	Transferências correntes da RAEOA	0,00	502.17.03	Manutenção de aviões	0,00
404.02.04	Transferências correntes dos municípios	0,00	502.17.04	Manutenção de equipamento de eletricidade	0,00
404.03	Transferências correntes de sociedades	0,00	502.17.05	Manutenção de equipamento de comunicação	0,00
404.04	Transferências correntes das famílias	0,00	502.17.06	Manutenção de equipamento de ar	0,00
404.05.01	Transferências correntes de fundações públicas	0,00	502.17.07	Manutenção de geradores	0,00
404.05.02	Transferências correntes de associações públicas	0,00	502.17.08	Manutenção de outro equipamento	0,00
404.05.03	Transferências correntes de outras instituições sem fins lucrativos	0,00	502.17.09	Manutenção de edifícios administrativos	0,00
404.06.01	Transferências correntes de países terceiros	0,00	502.17.10	Manutenção de efifícios residenciais	0,00
404.06.02	Transferências correntes de organizações	0,00	502.17.11	Manutenção de edifícios escolares e	0,00
404.06.03	Outras transferências correntes do exterior	0,00	502.17.12	Manutenção de edifícios médico hospitalares	0,00
404.07	Outras transferências correntes	0,00	502.17.13	Manutenção de armazéns	0,00
405.01.01	Livros e Publicações	0,00	502.17.14	Manutenção de outros edifícios	0,00
405.01.02	Formulários e impressos	0,00	502.17.15	Manutenção de estradas	0,00
405.01.03	Material de escritório	0,00	502.17.16	Manutenção de pontes	0,00
405.01.04	Fardamentos e artigos pessoais	0,00	502.17.17	Manutenção de portos	0,00
405.01.05	Produtos agrícolas e pecuários	0,00	502.17.18	Manutenção de aeroportos	0,00
405.01.06	Produtos alimentares e bebidas	0,00	502.17.19	Manutenção de infraestruturas agrícolas e de	0,00
405.01.07	Bens públicos	0,00	502.17.20	Manutenção de infraestruturas de	0,00
405.01.08	Bens inutilizados	0,00	502.17.21	Manutenção de infraestruturas energéticas	0,00
405.01.09	Desperdícios e resíduos	0,00	502.17.22	Manutenção de infraestruturas de água e saneamento	0,00
405.01.10	Outros bens correntes	0,00	502.17.23	Manutenção de infraestruturas turísticas, de recreio e desporto	0,00
405.03.01	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0,00	502.17.24	Manutenção de outras infraestruturas	0,00
405.03.02	Vistorias e ensaios	0,00	502.17.25	Manutenção de outros imóveis	0,00
405.03.03	Serviços de laboratórios	0,00	502.17.26	Outra manutenção	0,00
405.03.04	Atividades de saúde	0,00	502.18.01	Fornecimento de água	0,00
405.03.05	Reparações	0,00	502.18.02	Fornecimento de eletricidade	0,00
405.03.06	Alimentação e alojamento	0,00	502.18.03	Fornecimento de gás	0,00
405.03.07	Serviços públicos	0,00	502.18.04	Outros serviços públicos	0,00
405.03.08	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	0,00	502.19.01	Comunicações fixas	0,00
405.03.09	Serviços de correio	0,00	502.19.02	Comunicações móveis	0,00
405.03.10	Outros serviços correntes	0,00	502.19.03	Comunicações de dados	0,00
406.01.01	Levantamento de depósitos e investimentos	0,00	502.19.04	Comunicações em pacote	0,00
406.01.02	Alienação de títulos	3 000 890,30	502.19.05	Correios, encomendas e estafetas	0,00
406.01.03	Alienação de partes sociais	0,00	502.19.06	Outras comunicações	0,00
406.01.04	Reembolso de empréstimos feitos pelo Estado	0,00	502.20.01	Transportes nacionais	0,00
406.01.05	Recuperação de créditos	0,00	502.20.02	Transportes internacionais	0,00
406.01.06	Outros ativos financeiros	0,00	502.21	Catering	0,00
406.02.01	Contração de empréstimos	0,00	502.22.01	Assistência técnica	0,00
406.02.02	Emissão de títulos do tesouro	0,00	502.22.02	Conservação	0,00
406.02.03	Outros passivos financeiros	0,00	502.23.01	Alojamento nacional	0,00
407	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	502.23.02	Alojamento internacional	0,00
			502.24.01	Ajudas de custo por deslocações em serviço no país	0,00
			502.24.02	Ajudas de custo por deslocações em serviço ao estrangeiro	0,00
			502.24.03	Ajudas de custo por deslocações ao estrangeiro para fins de estudo	0,00
			502.25.01	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0,00
			502.25.02	Formação e palestras	0,00
			502.25.03	Serviços de tradução	0,00
			502.25.04	Informática	0,00
			502.25.05	Auditoria	0,00
			502.25.06	Publicidade	0,00
			502.25.07	Outros serviços profissionais	0,00
			502.26	Representação	0,00
			502.27	Publicação, cópia e impressão	0,00
			502.28.01	Depósitos, transferências e levantamentos	0,00
			502.28.02	Pagamentos	0,00
			502.28.03	Cobranças	0,00
			502.28.04	Outros serviços bancários	0,00
			502.28.05	Seguros	0,00
			502.28.06	Outros serviços financeiros	817 045,98

SEGURANÇA SOCIAL

FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

CE	Recebimentos		CE	Pagamentos	
			502.29	Serviços de Saúde	0,00
			502.30	Outros serviços correntes	0,00
			502.31.01	Arrendamento de bens imóveis de média e longa duração	0,00
			502.31.02	Arrendamento de bens imóveis de curta	0,00
			502.31.03	Aluguer de veículos	0,00
			502.31.04	Aluguer de navios	0,00
			502.31.05	Aluguer de aviões	0,00
			502.31.06	Aluguer de material de informática	0,00
			502.31.07	Aluguer de material de decoração	0,00
			502.31.08	Aluguer de material pesado	0,00
			502.31.09	Aluguer de ferramentas	0,00
			502.31.10	Aluguer de outros bens móveis	0,00
			502.31.11	Locação financeira	0,00
			502.31.12	Outras rendas	0,00
			502.32.01	Direitos de propriedade intelectual	0,00
			502.32.02	Direitos de propriedade industrial	0,00
			502.32.03	Outros ativos incorpóreos	0,00
			503.01.01.01	Para Ministério das Finanças	0,00
			503.01.01.02	Para Outros Ministérios e organismos	0,00
			503.01.02	Transferências correntes para a Segurança Social (entre regimes)	0,00
			503.01.03	Transferências correntes para a RAEOA	0,00
			503.01.04	Transferências correntes para os municípios	0,00
			503.02.01	Transferências correntes para empresas	0,00
			503.02.02	Transferências correntes para sociedades	0,00
			503.02.03	Transferências correntes para sociedades não financeiras	0,00
			503.03.01	Pensão Social de invalidez do regime não contributivo	0,00
			503.03.02	Pensão Social de velhice do regime não contributivo	0,00
			503.03.03	Complemento de pensão de invalidez	0,00
			503.03.04	Complemento de pensão de velhice	0,00
			503.03.05	*Complemento de pensão de sobrevivência*	0,00
			503.03.06	Outras prestações do regime não contributivo de segurança social	0,00
			503.03.07	Pensão de invalidez do regime transitório	0,00
			503.03.08	Pensão de velhice do regime transitório	0,00
			503.03.09	Pensão de sobrevivência do regime transitório	0,00
			503.03.10	Pensão de invalidez do regime geral	0,00
			503.03.11	Pensão de velhice do regime geral	0,00
			503.03.12	*Pensão de sobrevivência do regime geral*	0,00
			503.03.13	Subsídio por risco clínico durante a gravidez	0,00
			503.03.14	Subsídio por interrupção de gravidez	0,00
			503.03.15	Subsídio por maternidade	0,00
			503.03.16	Subsídio por paternidade	0,00
			503.03.17	Subsídio por adoção	0,00
			503.03.18	Subsídio por morte	0,00
			503.03.19	Reembolso e ou apoio para despesas de funeral	0,00
			503.03.20	*Subsídio de doença*	0,00
			503.03.21	Subsídio de desemprego	0,00
			503.03.22	Abono de família	0,00
			503.03.23	Outras prestações do regime contributivo de segurança social	0,00
			503.03.24	Pensão para ex titulares de cargos políticos	0,00
			503.03.25	Pensão dos combatentes e Mártires da	0,00
			503.03.26	Bolsa da Mãe	0,00
			503.03.27	Bolsas de estudo aos filhos dos Combatentes e Mártires da Libertação Nacional	0,00
			503.03.28	Outras bolsas de estudo no território nacional	0,00
			503.03.29	Outras bolsas de estudo no estrangeiro	0,00
			503.03.30	Outras prestações sociais	0,00
			503.03.31	Outras transferências correntes para famílias	0,00
			503.04.01	Transferências correntes para fundações	0,00
			503.04.02	Transferências correntes para associações	0,00
			503.04.03	*Outras transferências correntes para* instituições sem fins lucrativos	0,00
			503.05.01	Transferências correntes para países terceiros	0,00
			503.05.02	Transferências correntes para organizações	0,00
			503.05.03	Outras transferências correntes para o exterior	0,00
			503.06.01	Juros e taxa de compromisso do Banco	0,00
			503.06.02	Juros e taxa de compromisso do ADB	0,00
			503.06.03	Juros e taxa de compromisso da JICA	0,00
			503.06.04	Juros e taxa de compromisso do AIFFP	0,00
			503.06.05	Juros de títulos do Tesouro	0,00
			503.06.06	Outros juros da dívida pública	0,00
			503.06.07	Outros juros	0,00
			503.07	Impostos	0,00
			503.08	Taxas	0,00
			503.09	Coimas e outras penalidades	0,00
			503.10	Restituições não abatidas na receita	0,00

SEGURANÇA SOCIAL

FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

CE	Recebimentos		CE	Pagamentos	
	Capital	**51 672 117,18**		**Capital**	**180 696 506,80**
404.08	Transferências de capital do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado	0,00	503.11.01.01.01	Para Ministério das Finanças	0,00
404.09.01	Transferências de capital da Administração Central	0,00	503.11.01.01.02	Para Outros Ministérios e organismos	0,00
404.09.02	Transferências de capital da Segurança Social	51 672 117,18	503.11.01.02	Transferências para a Segurança Social	0,00
404.09.03	Transferências de capital da RAEOA	0,00	503.11.01.03	Transferências para a RAEOA	0,00
404.09.04	Transferências de capital dos municípios	0,00	503.11.01.04	Transferências para os municípios	0,00
404.10	Outras transferências de capital	0,00	503.11.02	Transferências para sociedades	0,00
405.02.01	Terrenos	0,00	503.11.03	Transferências para famílias	0,00
405.02.02	Edifícios	0,00	503.11.04	Transferências para instituições sem fins lucrativos	0,00
405.02.03	Infraestruturas	0,00	503.11.05	Transferências para o exterior	0,00
405.02.04	Outros imóveis	0,00	503.11.06	Outras transferências de capital	0,00
405.02.05	Veículos civis	0,00	503.12.01	Concessão de empréstimos	0,00
405.02.06	Veículos militares	0,00	503.12.02	Aquisição de títulos	180 696 506,80
405.02.07	Equipamento de informática	0,00	503.12.03	Outros ativos financeiros	0,00
405.02.08	Equipamento de água	0,00	503.13.01	Amortização de empréstimos do Banco	0,00
405.02.09	Equipamento de eletricidade	0,00	503.13.02	Amortização de empréstimos do ADB	0,00
405.02.10	Equipamento de comunicações	0,00	503.13.03	Amortização de empréstimos da JICA	0,00
405.02.11	Equipamento de segurança	0,00	503.13.04	Amortização de empréstimos do AIFFP	0,00
405.02.12	Equipamento de construção	0,00	503.13.05	Amortização de títulos do Tesouro	0,00
405.02.13	Equipamento de transporte	0,00	503.13.06	Outros passivos financeiros	0,00
405.02.14	Outro equipamento	0,00	504.01.01	Veículos civis	0,00
405.02.15	Mobiliário	0,00	504.01.02	Veículos militares	0,00
405.02.16	Ativos incorpóreos	0,00	504.01.03	Equipamento de informática	0,00
405.02.17	Outros bens de capital	0,00	504.01.04	Equipamento de água	0,00
405.04	Serviços de capital	0,00	504.01.05	Equipamento de eletricidade	0,00
			504.01.06	Equipamento de comunicações	0,00
			504.01.07	Equipamento de segurança	0,00
			504.01.08	Equipamento de construção	0,00
			504.01.09	Equipamento de transporte	0,00
			504.01.10	Geradores	0,00
			504.01.11	Equipamento de ar condicionado	0,00
			504.01.12	Outro equipamento	0,00
			504.01.13	Mobiliário	0,00
			504.01.14	Outros bens de capital móvel	0,00
			504.02	Aquisição de serviços de capital	0,00
			505.01.01	Terrenos	0,00
			505.01.02	Edifícios administrativos	0,00
			505.01.03	Edifícios residenciais	0,00
			505.01.04	Edifícios escolares e universitários	0,00
			505.01.05	Edifícios médico hospitalares	0,00
			505.01.06	Armazéns	0,00
			505.01.07	Outros edifícios	0,00
			505.01.08	Estradas	0,00
			505.01.09	Pontes	0,00
			505.01.10	Portos	0,00
			505.01.11	Aeroportos	0,00
			505.01.12	Infraestruturas agrícolas e de irrigação	0,00
			505.01.13	Infraestruturas de comunicações	0,00
			505.01.14	Infraestruturas energéticas	0,00
			505.01.15	Infraestruturas de água e saneamento	0,00
			505.01.16	Infraestruturas turísticas, de recreio e desporto	0,00
			505.01.17	Outras infraestruturas	0,00
			505.01.18	Outros imóveis	0,00
	Operações de Tesouraria	**2 321 612,88**		**Operações de Tesouraria**	**0,00**
409.01	Adiantamentos de caixa	0,00	506.01	Adiantamentos de caixa	0,00
409.02	Retenção de impostos e cotizações	0,00	506.02.01	Transferência para a Autoridade Tributária de impostos retidos	0,00
409.03.01	Caução de execução	0,00	506.02.02	Transferência para a Segurança Social de cotizações retidas	0,00
409.03.02	Caução de qualidade	0,00	506.02.03	Outras transferências de impostos e cotizações retidos	0,00
409.03.03	Garantia de pagamento adiantado	0,00	506.03.01	Devolução de caução de execução	0,00
409.04	Outras operações extraorçamentais	2 321 612,88	506.03.02	Devolução de caução de qualidade	0,00
			506.03.03	Devolução de garantia de pagamento	0,00
			506.04	Outras operações extraorçamentais	0,00
				Saldo	**99 772 612,27**
				Em Depósitos a Prazo	95 004 052,89
				Em Depósitos à ordem	4 768 559,38
	Total	**281 286 165,05**		**Total**	**181 513 552,78**
				Total Pagamentos + Saldo	**281 286 165,05**

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

USD

RECEITAS	OSS inicial	OSS corrigido	Total Execução	Taxa Execução (%)	Saldo Execução
401 - Impostos e contribuições para a Segurança Social	**0,00**	**0,00**	**167 114,33**	-	**-167 114,33**
401.01 - Impostos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
401.01.01 - Imposto sobre serviços	0,00	0,00	0,00	-	0,00
401.01.02 - Imposto seletivo de consumo	0,00	0,00	0,00	-	0,00
401.01.03 - Imposto sobre vendas	0,00	0,00	0,00	-	0,00
401.01.04 - Imposto sobre salários	0,00	0,00	0,00	-	0,00
401.01.05 - Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	-	0,00
401.01.06 - Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00	0,00	-	0,00
401.01.07 - Imposto sobre o Petróleo Suplementar	0,00	0,00	0,00	-	0,00
401.01.08 - Lucros partilhados do Petróleo e Gás	0,00	0,00	0,00	-	0,00
401.01.09 - Timor Sea First Tranche Petroleum (FTP) Royalties	0,00	0,00	0,00	-	0,00
401.01.10 - Impostos abolidos	0,00	0,00	0,00	-	0,00
401.01.11 - Outros impostos	0,00	0,00	0,00	-	0,00
401.02 - Direitos aduaneiros de importação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
401.03 - Contribuições e cotizações para a Segurança Social	**0,00**	**0,00**	**167 114,33**	-	**-167 114,33**
401.03.01 - Contribuições de entidade empregadora do Setor Público	0,00	0,00	0,00	-	0,00
401.03.02 - Contribuições de entidade empregadora do Setor Privado	0,00	0,00	0,00	-	0,00
401.03.03 - Cotizações de trabalhador do Setor Público	0,00	0,00	167 114,33	-	-167 114,33
401.03.04 - Cotizações de trabalhador do Setor Privado	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402 - Taxas, coimas e outras penalidades	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
402.01 - Taxas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
402.01.01 - Taxas aeroportuárias	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.01.02 - Taxas ambientais	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.01.03 - Taxas de estacionamento	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.01.04 - Taxas de justiça	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.01.05 - Taxas de publicidade	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.01.06 - Taxas de passaporte	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.01.07 - Taxas de entrada e vistos	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.01.08 - Taxas de registo	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.01.09 - Taxas de pesca	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.01.10 - Taxas portuárias	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.01.11 - Taxas sobre atividade florestal	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.01.12 - Taxas sobre atividades extrativas	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.01.13 - Taxas sobre atividade petrolífera	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.01.14 - Taxas sobre telecomunicações	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.01.15 - Taxas sobre transportes	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.01.16 - Taxas sobre jogos sociais	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.01.17 - Propinas	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.01.18 - Outras taxas	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.02 - Coimas e outras penalidades	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
402.02.01 - Juros de mora	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.02.02 - Juros compensatórios	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.02.03 - Coimas decorrentes do Código da Estrada	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.02.04 - Sanções e coimas da Segurança Social	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.02.05 - Coimas laborais	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.02.06 - Multas decorrentes de processo-crime	0,00	0,00	0,00	-	0,00
402.02.07 - Outras coimas e penalidades	0,00	0,00	0,00	-	0,00
403 - Rendimentos	**12 611 000,00**	**12 611 000,00**	**5 305 163,13**	42,07%	**7 305 836,87**
403.01 - Rendas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
403.01.01 - Arrendamento de bens imóveis de média e longa duracão	0,00	0,00	0,00	-	0,00
403.01.02 - Arrendamento de bens imóveis de curta duração	0,00	0,00	0,00	-	0,00
403.01.03 - Arrendamento de bens móveis de média e longa duração	0,00	0,00	0,00	-	0,00
403.01.04 - Arrendamento de bens móveis de curta duração	0,00	0,00	0,00	-	0,00
403.01.05 - Outras rendas	0,00	0,00	0,00	-	0,00
403.02 - Ativos incorpóreos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
403.03 - Juros	**0,00**	**0,00**	**576 336,94**	-	**-576 336,94**

SEGURANÇA SOCIAL

FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

RECEITAS	OSS inicial	OSS corrigido	Total Execução	Taxa Execução (%)	Saldo Execução
403.04 - Dividendos e participações nos lucros	**0,00**	**0,00**	**328 145,66**	-	**-328 145,66**
403.04.01 - Dividendos do Banco Central de Timor-Leste	0,00	0,00	0,00	-	0,00
403.04.02 - Dividendos do Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste	0,00	0,00	0,00	-	0,00
403.04.03 - Outros dividendos e participações nos lucros	0,00	0,00	328 145,66	-	-328 145,66
403.05 - Outros rendimentos	12 611 000,00	12 611 000,00	**4 400 680,53**	34,90%	**8 210 319,47**
404 - Transferências	**47 181 545,00**	**61 353 662,18**	**53 272 117,18**	**86,83%**	**8 081 545,00**
404.01 - Transferências correntes do Fundo Petrolífero relativas ao Rendimento Sustentável Estimado	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
404.02 - Transferências correntes do Setor Público Administrativo	**2 000 000,00**	**2 000 000,00**	**1 600 000,00**	**80,00%**	**400 000,00**
404.02.01 - Transferências correntes da Administração Central	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.02.01.01 - Transferências correntes do Ministério das Finanças	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.02.01.01.01 - Para financiamento da Pensão Social	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.02.01.01.02 - Para financiamento do Regime Transitório	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.02.01.01.03 - Para financiamento das despesas de administração	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.02.01.01.04 - Para financiamento da garantia de valores mínimos de Pensão	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.02.01.02 - Transferências correntes de outros Ministérios e organismos	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.02.02 - Transferências correntes da Segurança Social (entre regimes)	2 000 000,00	2 000 000,00	1 600 000,00	80,00%	400 000,00
404.02.03 - Transferências correntes da RAEOA	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.02.04 - Transferências correntes dos municípios	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.03 - Transferências correntes de sociedades	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
404.04 - Transferências correntes das famílias	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
404.05 - Transferências correntes de instituições sem fins lucrativos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
404.05.01 - Transferências correntes de fundações públicas	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.05.02 - Transferências correntes de associações públicas	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.05.03 - Transferências correntes de outras instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.06 - Transferências correntes do Exterior	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
404.06.01 - Transferências correntes de países terceiros	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.06.02 - Transferências correntes de organizações internacionais	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.06.03 - Outras transferências correntes do exterior	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.07 - Outras transferências correntes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
404.08 - Transferências de capital do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
404.09 - Transferências de capital do Setor Público Administrativo	**45 181 545,00**	**59 353 662,18**	**51 672 117,18**	**87,06%**	**7 681 545,00**
404.09.01 - Transferências de capital da Administração Central	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.09.02 - Transferências de capital da Segurança Social (entre regimes)	45 181 545,00	59 353 662,18	51 672 117,18	87,06%	7 681 545,00
404.09.03 - Transferências de capital da RAEOA	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.09.04 - Transferências de capital dos municípios	0,00	0,00	0,00	-	0,00
404.10 - Outras transferências de capital	0,00	0,00	**0,00**	-	**0,00**
405 - Venda de bens e serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
405.01 - Vendas de bens correntes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
405.01.01 - Livros e Publicações	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.01.02 - Formulários e impressos	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.01.03 - Material de escritório	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.01.04 - Fardamentos e artigos pessoais	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.01.05 - Produtos agrícolas e pecuários	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.01.06 - Produtos alimentares e bebidas	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.01.07 - Bens públicos	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.01.08 - Bens inutilizados	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.01.09 - Desperdícios e resíduos	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.01.10 - Outros bens correntes	0,00	0,00	0,00	-	0,00

SEGURANÇA SOCIAL

FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

RECEITAS	OSS inicial	OSS corrigido	Total Execução	Taxa Execução (%)	Saldo Execução
405.02 - Vendas de bens de capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
405.02.01 - Terrenos	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.02.02 - Edifícios	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.02.03 - Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.02.04 - Outros imóveis	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.02.05 - Veículos civis	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.02.06 - Veículos militares	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.02.07 - Equipamento de informática	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.02.08 - Equipamento de água	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.02.09 - Equipamento de eletricidade	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.02.10 - Equipamento de comunicações	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.02.11 - Equipamento de segurança	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.02.12 - Equipamento de construção	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.02.13 - Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.02.14 - Outro equipamento	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.02.15 - Mobiliário	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.02.16 - Ativos incorpóreos	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.02.17 - Outros bens de capital	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.03 - Serviços correntes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
405.03.01 - Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.03.02 - Vistorias e ensaios	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.03.03 - Serviços de laboratórios	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.03.04 - Atividades de saúde	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.03.05 - Reparações	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.03.06 - Alimentação e alojamento	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.03.07 - Serviços públicos	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.03.08 - Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.03.09 - Serviços de correio	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.03.10 - Outros serviços correntes	0,00	0,00	0,00	-	0,00
405.04 - Serviços de capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
406 - Ativos e passivos financeiros	**244 900 000,00**	**244 900 000,00**	**219 626 954,43**	**89,68%**	**25 273 045,57**
406.01 - Ativos financeiros	**244 900 000,00**	**244 900 000,00**	**219 626 954,43**	**89,68%**	**25 273 045,57**
406.01.01 - Levantamento de depósitos e investimentos	122 450 000,00	244 900 000,00	216 626 064,13	88,45%	28 273 935,87
406.01.02 - Alienação de títulos	122 450 000,00	0,00	3 000 890,30	-	-3 000 890,30
406.01.03 - Alienação de partes sociais	0,00	0,00	0,00	-	0,00
406.01.04 - Reembolso de empréstimos feitos pelo Estado	0,00	0,00	0,00	-	0,00
406.01.05 - Recuperação de créditos	0,00	0,00	0,00	-	0,00
406.01.06 - Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	-	0,00
406.02 - Passivos Financeiros	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
406.02.01 - Contração de empréstimos	0,00	0,00	0,00	-	0,00
406.02.02 - Emissão de títulos do tesouro	0,00	0,00	0,00	-	0,00
406.02.03 - Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	-	0,00
407 - Reposições não abatidas nos pagamentos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
408 - Saldo de Gerência	**1 000 000,00**	**1 000 000,00**	**593 203,11**	**59,32%**	**406 796,89**
409 - Operações extraorçamentais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
409.01 - Adiantamentos de caixa	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
409.02 - Retenção de impostos e cotizações	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
409.03 - Cauções e garantias	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
409.03.01 - Caução de execução	0,00	0,00	0,00	-	0,00
409.03.02 - Caução de qualidade	0,00	0,00	0,00	-	0,00
409.03.03 - Garantia de pagamento adiantado	0,00	0,00	0,00	-	0,00
409.04 - Outras operações extraorçamentais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
TOTAL RECEITA	305 692 545,00	319 864 662,18	278 964 552,18	87,21%	40 900 110,00
RECEITA EFETIVA	59 792 545,00	73 964 662,18	58 744 394,64	79,42%	15 220 267,54

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

USD

DESPESAS	OSS inicial	OSS corrigido	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Total Execução	Taxa Execução (%)	Saldo Execução
501 - SALÁRIOS E VENCIMENTOS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
501.01 - Salários e abonos regulares e permanentes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
501.01.01 - Salários de titulares de cargos políticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.01.02 - Salários de membros de órgãos de direção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.01.03 - Salários de titulares de cargos de direção e chefia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.01.04 - Salários de funcionários e agentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.01.05 - Salários de contratados nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.01.06 - Salários de contratados internacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.01.07 - Salarios de estagiarios do Centro de Formação Jurídica e Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.01.08 - Salários de estagiários do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.01.09 - Salários de outros beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.01.10 - Abono para despesas de representação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.01.11 - Decimo terceiro mês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.01.12 - Outros abonos regulares e permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.02 - Abonos variáveis ou eventuais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
501.02.01 - Horas extraordinárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.02.02 - Subsídio mensal de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.02.03 - Ajudas de custo por recolocação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.02.04 - Suplemento de turno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.02.05 - Suplemento por trabalho em local remoto ou de difícil acesso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.02.06 - Subsídio de alojamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.02.07 - Subsídio de alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.02.08 - Subsídio de risco	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.02.09 - Outros abonos variáveis ou eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
501.03 - Contribuição para a Segurança Social como entidade empregadora	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
501.04 - Outras despesas com pessoal	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**



FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

DESPESAS	OSS inicial	OSS corrigido	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Total Execução	Taxa Execução (%)	Saldo Execução
502 - BENS E SERVIÇOS CORRENTES	**2 000 000,00**	**2 000 000,00**	**1 393 574,05**	**817 045,98**	**817 045,98**	**817 045,98**	**40,85%**	**1 182 954,02**
502.01 - Matérias-primas e subsidiárias	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.02 - Mercadorias para venda	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.03 - Vestuário e artigos pessoais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.03.01 - Fardamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.03.02 - Outro vestuário e artigos pessoais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.04 - Bens públicos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.04.01 - Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.04.02 - Eletricidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.04.03 - Gás	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.04.04 - Outros bens públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.05 - Alimentação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.05.01 - Produtos alimentares não confecionados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.05.02 - Refeições confecionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.05.03 - Bebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.05.04 - Outra alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.06 - Material médico e hospitalar	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.07 - Material escolar	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.08 - Material agrícola	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.09 - Material de escritório	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.10 - Combustível	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.10.01 - Combustível para geradores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.10.02 - Combustível para veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.10.03 - Combustível para navios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.10.04 - Combustível para aviões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.10.05 - Outros combustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.11 - Produtos químicos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.11.01 - Produtos farmaceuticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.11.02 - Artigos de limpeza e higiene	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.11.03 - Munições, explosivos e artifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.11.04 - Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.11.05 - Lubrificantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.11.06 - Outros produtos químicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00

DESPESAS	OSS inicial	OSS corrigido	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Total Execução	Taxa Execução (%)	Saldo Execução
502.12 - Peças e Ferramentas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.12.01 - Peças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.12.02 - Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.13 - Prémios, condecorações e ofertas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.14 - Livros e documentação técnica	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.15 - Outros bens correntes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.16 - Limpeza e segurança	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.16.01 - Limpeza e higiene	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.16.02 - Vigilância e segurança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17 - Manutenção	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.17.01 - Manutenção de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.02 - Manutenção de navios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.03 - Manutenção de aviões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.04 - Manutenção de equipamento de eletricidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.05 - Manutenção de equipamento de comunicação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.06 - Manutenção de equipamento de ar condicionado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.07 - Manutenção de geradores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.08 - Manutenção de outro equipamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.09 - Manutenção de edifícios administrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.10 - Manutenção de efifícios residenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.11 - Manutenção de edifícios escolares e universitários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.12 - Manutenção de edifícios médico-hospitalares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.13 - Manutenção de armazéns	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.14 - Manutenção de outros edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.15 - Manutenção de estradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.16 - Manutenção de pontes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.17 - Manutenção de portos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.18 - Manutenção de aeroportos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.19 - Manutenção de infraestruturas agrícolas e de irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.20 - Manutenção de infraestruturas de comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00

DESPESAS	OSS inicial	OSS corrigido	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Total Execução	Taxa Execução (%)	Saldo Execução
502.17.21 - Manutenção de infraestruturas energéticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.22 - Manutenção de infraestruturas de água e saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.23 - Manutenção de infraestruturas turísticas, de recreio e desporto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.24 - Manutenção de outras infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.25 - Manutenção de outros imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.17.26 - Outra manutenção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.18 - Serviços Públicos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.18.01 - Fornecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.18.02 - Fornecimento de eletricidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.18.03 - Fornecimento de gás	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.18.04 - Outros serviços públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.19 - Comunicações	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.19.01 - Comunicações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.19.02 - Comunicações móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.19.03 - Comunicações de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.19.04 - Comunicações em pacote	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.19.05 - Correios, encomendas e estafetas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.19.06 - Outras comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.20 - Transportes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.20.01 - Transportes nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.20.02 - Transportes internacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.21 - Catering	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.22 - Assistência técnica e conservação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.22.01 - Assistência técnica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.22.02 - Conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.23 - Alojamento	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.23.01 - Alojamento nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.23.02 - Alojamento internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00



FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

DESPESAS	OSS inicial	OSS corrigido	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Total Execução	Taxa Execução (%)	Saldo Execução
502.24 - Ajudas de custo	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.24.01 - Ajudas de custo por deslocações em serviço no país	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.24.02 - Ajudas de custo por deslocações em serviço ao estrangeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.24.03 - Ajudas de custo por deslocações ao estrangeiro para fins de estudo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.25 - Serviços Profissionais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.25.01 - Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.25.02 - Formação e palestras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.25.03 - Serviços de tradução	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.25.04 - Informática	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.25.05 - Auditoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.25.06 - Publicidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.25.07 - Outros serviços profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.26 - Representação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.27 - Publicação, cópia e impressão	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.28 - Serviços Financeiros	**2 000 000,00**	**2 000 000,00**	**1 393 574,05**	**817 045,98**	**817 045,98**	**817 045,98**	**40,85%**	**1 182 954,02**
502.28.01 - Depósitos, transferências e levantamentos	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	-	0,00
502.28.02 - Pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.28.03 - Cobranças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.28.04 - Outros serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.28.05 - Seguros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.28.06 - Outros serviços financeiros	2 000 000,00	2 000 000,00	1 393 574,05	817 045,98	817 045,98	817 045,98	40,85%	1 182 954,02
502.29 - Serviços de Saúde	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.30 - Outros serviços correntes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.31 - Rendas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.31.01 - Arrendamento de bens imóveis de média e longa duração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.31.02 - Arrendamento de bens imóveis de curta duração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00



FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

DESPESAS	OSS inicial	OSS corrigido	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Total Execução	Taxa Execução (%)	Saldo Execução
502.31.03 - Aluguer de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.31.04 - Aluguer de navios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.31.05 - Aluguer de aviões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.31.06 - Aluguer de material de informática	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.31.07 - Aluguer de material de decoração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.31.08 - Aluguer de material pesado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.31.09 - Aluguer de ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.31.10 - Aluguer de outros bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.31.11 - Locação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.31.12 - Outras rendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.32 - Ativos incorpóreos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
502.32.01 - Direitos de propriedade intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.32.02 - Direitos de propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
502.32.03 - Outros ativos incorpóreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503 - TRANSFERÊNCIAS PÚBLICAS	**303 692 545,00**	**317 864 662,18**	**180 886 544,83**	**180 696 506,80**	**180 696 506,80**	**180 696 506,80**	**56,85%**	**137 168 155,38**
503.01 - Transferências correntes para o Setor Público Administrativo	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
503.01.01 - Transferências correntes para a Administração Central	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.01.01.01 - Para Ministério das Finanças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.01.01.02 - Para Outros Ministérios e organismos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.01.02 - Transferências correntes para a Segurança Social (entre regimes)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.01.03 - Transferências correntes para a RAEOA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.01.04 - Transferências correntes para os municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.02 - Transferências correntes para sociedades	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
503.02.01 - Transferências correntes para empresas públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.02.02 - Transferências correntes para sociedades financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00



FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

DESPESAS	OSS inicial	OSS corrigido	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Total Execução	Taxa Execução (%)	Saldo Execução
503.02.03 - Transferências correntes para sociedades não-financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03 - Transferências correntes para famílias	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
503.03.01 - Pensão Social de invalidez do regime não contributivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.02 - Pensão Social de velhice do regime não contributivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.03 - Complemento de pensão de invalidez	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.04 - Complemento de pensão de velhice	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.05 - Complemento de pensão de sobrevivência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.06 - Outras prestações do regime não contributivo de segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.07 - Pensão de invalidez do regime transitório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.08 - Pensão de velhice do regime transitório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.09 - Pensão de sobrevivência do regime transitório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.10 - Pensão de invalidez do regime geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.11 - Pensão de velhice do regime geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.12 - Pensão de sobrevivência do regime geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.13 - Subsídio por risco clínico durante a gravidez	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.14 - Subsídio por interrupção de gravidez	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.15 - Subsídio por maternidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.16 - Subsídio por paternidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.17 - Subsídio por adoção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.18 - Subsídio por morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.19 - Reembolso e ou apoio para despesas de funeral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00



FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

DESPESAS	OSS inicial	OSS corrigido	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Total Execução	Taxa Execução (%)	Saldo Execução
503.03.20 - Subsídio de doença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.21 - Subsídio de desemprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.22 - Abono de família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.23 - Outras prestações do regime contributivo de segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.24 - Pensão para ex-titulares de cargos políticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.25 - Pensão dos combatentes e Mártires da Libertação Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.26 - Bolsa da Mãe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.27 - Bolsas de estudo aos filhos dos Combatentes e Mártires da Libertação Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.28 - Outras bolsas de estudo no território nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.29 - Outras bolsas de estudo no estrangeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.30 - Outras prestações sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.03.31 - Outras transferências correntes para famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.04 - Transferências correntes para instituições sem fins lucrativos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
503.04.01 - Transferências correntes para fundações públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.04.02 - Transferências correntes para associações públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.04.03 - Outras transferências correntes para instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.05 - Transferências correntes para o exterior	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
503.05.01 - Transferências correntes para países terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.05.02 - Transferências correntes para organizações internacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.05.03 - Outras transferências correntes para o exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00

SEGURANÇA SOCIAL

FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

DESPESAS	OSS inicial	OSS corrigido	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Total Execução	Taxa Execução (%)	Saldo Execução
503.06 - Juros	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
503.06.01 - Juros e taxa de compromisso do Banco Mundial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.06.02 - Juros e taxa de compromisso do ADB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.06.03 - Juros e taxa de compromisso da JICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.06.04 - Juros e taxa de compromisso do AIFFP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.06.05 - Juros de títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.06.06 - Outros juros da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.06.07 - Outros juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.07 - Impostos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
503.08 - Taxas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
503.09 - Coimas e outras penalidades	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
503.10 - Restituições não abatidas na receita	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
503.11 - Transferências de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
503.11.01 - Transferências para o Setor Público Administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.11.01.01 - Transferências para a Administração Central	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.11.01.01.01 - Para Ministério das Finanças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.11.01.01.02 - Para Outros Ministérios e organismos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.11.01.02 - Transferências para a Segurança Social (entre regimes)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.11.01.03 - Transferências para a RAEOA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.11.01.04 - Transferências para os municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.11.02 - Transferências para sociedades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.11.03 - Transferências para famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.11.04 - Transferências para instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.11.05 - Transferências para o exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.11.06 - Outras transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00

SEGURANÇA SOCIAL

FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

DESPESAS	OSS inicial	OSS corrigido	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Total Execução	Taxa Execução (%)	Saldo Execução
503.12 - Ativos Financeiros	**303 692 545,00**	**317 864 662,18**	**180 886 544,83**	**180 696 506,80**	**180 696 506,80**	**180 696 506,80**	56,85%	**137 168 155,38**
503.12.01 - Concessão de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.12.02 - Aquisição de títulos	303 692 545,00	317 864 662,18	180 886 544,83	180 696 506,80	180 696 506,80	180 696 506,80	56,85%	137 168 155,38
503.12.03 - Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.13 - Passivos Financeiros	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
503.13.01 - Amortização de empréstimos do Banco Mundial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.13.02 - Amortização de empréstimos do ADB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.13.03 - Amortização de empréstimos da JICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.13.04 - Amortização de empréstimos do AIFFP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.13.05 - Amortização de títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
503.13.06 - Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
504 - CAPITAL MENOR	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
504.01 - Aquisição de bens de capital móvel	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
504.01.01 - Veículos civis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
504.01.02 - Veículos militares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
504.01.03 - Equipamento de informática	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
504.01.04 - Equipamento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
504.01.05 - Equipamento de eletricidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
504.01.06 - Equipamento de comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
504.01.07 - Equipamento de segurança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
504.01.08 - Equipamento de construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
504.01.09 - Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
504.01.10 - Geradores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
504.01.11 - Equipamento de ar condicionado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
504.01.12 - Outro equipamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
504.01.13 - Mobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
504.01.14 - Outros bens de capital móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
504.02 - Aquisição de serviços de capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**



FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

DESPESAS	OSS inicial	OSS corrigido	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Total Execução	Taxa Execução (%)	Saldo Execução
505 - CAPITAL DE DESENVOLVIMENTO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
505.01 - Aquisição de bens de capital fixo	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
505.01.01 - Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
505.01.02 - Edifícios administrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
505.01.03 - Edifícios residenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
505.01.04 - Edifícios escolares e universitários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
505.01.05 - Edifícios médico-hospitalares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
505.01.06 - Armazéns	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
505.01.07 - Outros edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
505.01.08 - Estradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
505.01.09 - Pontes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
505.01.10 - Portos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
505.01.11 - Aeroportos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
505.01.12 - Infraestruturas agrícolas e de irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
505.01.13 - Infraestruturas de comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
505.01.14 - Infraestruturas energéticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
505.01.15 - Infraestruturas de água e saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
505.01.16 - Infraestruturas turísticas, de recreio e desporto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
505.01.17 - Outras infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
505.01.18 - Outros imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
506 - OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
506.01 - Adiantamentos de caixa	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
506.02 - Transferência de impostos e cotizações retidos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
506.02.01 - Transferência para a Autoridade Tributária de impostos retidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
506.02.02 - Transferência para a Segurança Social de cotizações retidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
506.02.03 - Outras transferências de impostos e cotizações retidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00

SEGURANÇA SOCIAL

FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

DESPESAS	OSS inicial	OSS corrigido	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Total Execução	Taxa Execução (%)	Saldo Execução
506.03 - Devolução de cauções e garantias	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
506.03.01 - Devolução de caução de execução	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
506.03.02 - Devolução de caução de qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
506.03.03 - Devolução de garantia de pagamento adiantado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
506.04 - Outras operações extraorçamentais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**
TOTAL DESPESA	**305 692 545,00**	**319 864 662,18**	**182 280 118,88**	**181 513 552,78**	**181 513 552,78**	**181 513 552,78**	**56,75%**	**138 351 109,40**
DESPESA EFETIVA	**2 000 000,00**	**2 000 000,00**	**1 393 574,05**	**817 045,98**	**817 045,98**	**817 045,98**	**40,85%**	**1 182 954,02**

5.2.2. Análise da Execução Orçamental

Apesar das ressalvas já feitas sobre a limitação da execução orçamental para analisar o desempenho de um fundo, e apesar da saída do fundo de reserva do perímetro orçamental tornar pouco relevante a análise da taxa de execução, ainda assim os mapas de Execução Orçamental permitem complementar e detalhar a informação dada pela Demonstração dos Fluxos de Caixa, mostrando os valores recebidos e pagos durante o ano 2025 (entradas e saídas efetivas de caixa), por categoria e rubrica de classificação económica. O quadro na página seguinte sintetiza os resultados de 2025, apresentados nas Demonstrações Orçamentais.

O total de recebimentos em 2025 foi de 281.286.165,05 USD e o total de pagamentos foi de 181.513.552,78 USD, resultando num saldo final de 99.772.612,27 USD, confirmando o valor refletido na Demonstração dos Fluxos de Caixa e na rubrica "caixa e depósitos" do Ativo Corrente do Balanço.

Nos **recebimentos** incluem-se os recebimentos no ano (64.066.897,81 USD) e os montantes que transitaram de 2024 aplicados em depósitos a prazo (216.626.064,13 USD) e em depósitos à ordem (593.203,11 USD). A maior parte dos recebimentos no ano são receitas orçamentais (96,38%), com destaque para as transferências do INSS (83,15%), relativas a excedentes do regime de repartição, que se destinam a reforçar o capital do fundo e a financiar a gestão operacional da carteira. Estas transferências cresceram 33,9 milhões USD de 2024 para 2025, em resultado da cobrança, por parte do INSS, de contribuições em atraso, aumentando o excedente transferido para o fundo de reserva.

A atuação do fundo nos mercados (capitalização) permitiu já obter um total de rendimentos efetivos de 8.306.053,42 USD, que valem 12,96% do total das receitas no ano 2025. Este montante diz respeito a juros (depósitos à ordem e *repos*), dividendos (de ações), rendimentos de aplicações financeiras (depósitos a prazo) e alienação de títulos (venda de ações).

SEGURANÇA SOCIAL

FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

RECEBIMENTOS	2025		2024 (reexpressos)		PAGAMENTOS	2025		2024 (reexpressos)	
	Valor (USD)	Peso (%)	Valor (USD)	Peso (%)		Valor (USD)	Peso (%)	Valor (USD)	Peso (%)
SALDO GERÊNCIA ANTERIOR	**217 219 267,24**		**190 983 591,26**						
Em Depósitos a Prazo	216 626 064,13		190 896 917,81						
Em Depósitos à ordem	593 203,11		86 673,45						
RECEITAS ORÇAMENTAIS	**61 745 284,93**	**96,38%**	**26 235 675,98**	**100,00%**	**DESPESAS ORÇAMENTAIS**	**181 513 552,78**	**100,00%**	**0,00**	**-**
Contribuições e Cotizações	167 114,33	0,26%	106 684,89	0,41%	Salários e Vencimentos	0,00	0,00%	0,00	-
Juros	576 336,94	0,90%	10 893,65	0,04%	Bens e Serviços Correntes	803 695,98	0,44%	0,00	-
Dividendos	328 145,66	0,51%	0,00	0,00%	Transferências Públicas	180 696 506,80	99,55%	0,00	-
Outros Rendimentos	4 400 680,52	6,87%	6 742 211,70	25,70%	*Aquisição de títulos*	*180 696 506,80*	*99,55%*	*0,00*	-
Alienação de títulos	3 000 890,30	4,68%	0,00	0,00%	Capital Menor	13 350,00	0,01%	0,00	-
Transferências entre Regimes de Segurança Social	53 272 117,18	83,15%	19 375 885,74	73,85%	Capital Desenvolvimento	0,00	0,00%	0,00	-
Para Gestão carteira	*1 600 000,00*	2,50%	*2 000 000,00*	7,62%					-
Para reforços capital	*51 672 117,18*	80,65%	*17 375 885,74*	66,23%					-
RECEITAS EXTRAORÇAMENTAIS	**2 321 612,88**	**3,62%**	**0,00**	**0,00%**	**DESPESAS EXTRAORÇAMENTAIS**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**-**
Juros Depósito Prazo BNCTL, não reconhecido em 2025	2 321 612,88	3,62%		0,00%					
TOTAL RECEBIMENTOS NO ANO	**64 066 897,81**	**100,00%**	**26 235 675,98**	**100,00%**	**TOTAL PAGAMENTOS NO ANO**	**181 513 552,78**	**100,00%**	**0,00**	**100,00%**
					SALDO PARA GERÊNCIA SEGUINTE	**99 772 612,27**		**217 219 267,24**	
					Saldo Orçamental	97 450 999,39		217 219 267,24	
					Saldo Extraorçamental	2 321 612,88		0,00	
TOTAL RECEBIMENTOS	**281 286 165,05**		**217 219 267,24**		**TOTAL PAGAMENTOS E SALDO**	**281 286 165,05**		**217 219 267,24**	
Orçamental	278 964 552,17		217 219 267,24						
ExtraOrçamental	2 321 612,88		0,00						

Note-se que este montante é inferior aos rendimentos das aplicações financeiras reconhecidos na Demonstração de Resultados, mesmo excluindo os aumentos/reduções de justo valor, uma vez que naquela foram reconhecidos rendimentos que já constituem direitos, apesar do seu não recebimento efetivo à data de fecho do exercício (regime de acréscimo). Ainda assim, e mesmo apenas numa ótica de caixa, a totalidade destes rendimentos obtidos em 2025 em resultado da atividade do fundo aumentaram 23% relativamente ao ano 2024 (passando de 6.753.105,35 USD para 8.306.053,42 USD), em resultado do início da implementação da política de investimentos.

Com menor expressão surgem as contribuições sociais diretamente recebidas em contas bancárias do fundo de reserva, com um peso de 0,26% no total de receitas orçamentais. Isto explica-se porque as contribuições sociais são cobradas pelo INSS (sendo os excedentes transferidos para fundo de reserva), pelo que esta verba diretamente recebida no fundo diz respeito exclusivamente às contribuições do INSS e do FRSS enquanto entidades empregadoras e aos respetivos trabalhadores.

As receitas extraorçamentais registadas em 2025 dizem respeito aos juros do depósito a prazo de 2 anos, no BNCTL, que também não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras. Isto porque, uma vez que as cláusulas contratuais determinam a perda total dos juros em caso de mobilização antecipada, o fundo de reserva só irá reconhecer o direito aos juros quando este efetivamente se concretizar, na data de maturidade. Por esta razão, este montante é contabilizado, porque entrou efetivamente em caixa, mas classificado em termos económicos como extraorçamental.

No total de **pagamentos**, como esperado, a aquisição de títulos, no montante de 180.696.506,80 USD representa a quase totalidade da despesa realizada (99,55%). Este montante inclui as despesas efetivas com os investimentos e ativos financeiros, designadamente a constituição do depósito a prazo a 2 anos (88.269.657,53 USD), a compra de ações (42.616.887,30 USD) e a compra de obrigações (49.809.961,97 USD).

Os pagamentos com bens e serviços correntes, no montante total de 803.695,98 USD, incluem os custos com encargos financeiros na compra e venda de títulos, as comissões efetivamente pagas em 2025 às entidades gestoras (207.791,18 USD) e a aquisição de bens e serviços especializados de apoio à gestão do fundo (serviços jurídico-financeiros

especializados em mercados, auditoria financeira, terminal bloomberg). A registar, ainda, o pagamento de computadores próprios (13.350 USD), com capacidade e características especificas, para instalação de programas necessários à boa gestão do fundo de reserva. No global, estas despesas com bens e serviços correntes e com o equipamento informático representam apenas 0,45% dos pagamentos realizados.

O **saldo final global** apurado, de 99.772.612,27 USD, inclui o montante dos juros do depósito a prazo a 2 anos já recebidos na conta bancária (não reconhecidos no exercício e classificados como extraorçamental, apesar da entrada em caixa). Deste saldo global, a maior parte está aplicado em depósitos a prazo de curto prazo (95.004.052,89 USD), estando o remanescente (4.768.559,38 USD, dos quais 2.321.612,88 USD se referem aos juros do depósito no BNCTL) em contas à ordem do fundo de reserva.

Com as ressalvas referidas, analisamos agora as taxas de execução orçamental registadas em 2025. Os dados mostram uma execução elevada nas receitas (87,21%) e mais modesta nas despesas (56,75%). Do lado das receitas, este resultado justifica-se pelas transferências realizadas pelo INSS (excedentes do regime contributivo) e pelos ativos financeiros.

Nos rendimentos, a taxa de execução é baixa, uma vez que o orçamento foi preparado ainda sem se conhecer exatamente o momento em que se iniciariam os investimentos nos mercados, o que acabou por acontecer apenas em maio, no caso das ações, e outubro, no caso das obrigações. De facto, os rendimentos das aplicações financeiras realizadas nos mercados não entram de imediato em caixa/depósitos: no caso dos ativos financeiros detidos (ações), os mesmos estão em permanentes fluxos (compra e venda nos mercados) e são valorizados contabilisticamente ao justo valor, pelo que apenas estão registados, com entrada em conta bancária do fundo, os dividendos já recebidos e os rendimentos das ações vendidas; no caso das obrigações, as mesmas estão contabilizadas ao custo amortizado, sendo mantidas até à maturidade, e não tendo os rendimentos relativos a cupão entrado ainda em conta bancária do fundo. Os montantes de rendimentos registados como receita orçamental efetiva (base de caixa) dizem respeito, assim, fundamentalmente a rendimentos de depósitos. Ou seja, o "lucro" dado pela valorização

das carteiras de ativos do fundo de reserva não tem reflexo direto e imediato na execução orçamental, razão pela qual as demonstrações financeiras de base de acréscimo são muito mais relevantes para uma análise correta do desempenho financeiro do fundo.

Por outro lado, uma parte muito significativa do fundo está ainda investida em depósitos a prazo de curto prazo, o que se traduz numa reduzida aquisição de títulos (na despesa), impactando não apenas a taxa de execução da despesa, como também a possibilidade de aumentar os rendimentos efetivamente recebidos.

Nas despesas, e além da rubrica "aquisição de títulos" (taxa de execução de 56,85%), os resultados mostram uma reduzida execução nas despesas com bens e serviços correntes (40,85%). Neste caso, porém, a baixa execução traduz-se num saldo superior a reverter para reforço do capital do fundo, para investimento. Nesta categoria estão inscritas despesas de duas naturezas diferentes: a) encargos e taxas com os investimentos financeiros nos mercados, deduzidos aos próprios investimentos; e b) despesas operacionais com a gestão das carteiras, financiadas com contribuições sociais. O facto do INSS ter transferido 1,6 milhões USD para financiamento deste tipo de despesas, referidas na alínea b), e do fundo ter gasto apenas um total de 332.923,11 USD, tem como resultado o aumento do montante que é capitalizado. As despesas realizadas incluíram o pagamento de comissões às entidades gestoras, a contratação de outros serviços específicos (serviços jurídico-financeiros, auditoria) e a aquisição de bens essenciais (informáticos e terminal bloomberg) de apoio à gestão do fundo. Assim, mesmo contando com os encargos ainda não pagos (comissões devidas aos gestores, ainda não deduzidas, por debito direto, das contas bancárias do fundo nos gestores), o montante (destes 1,6 milhões USD transferidos pelo INSS) que reverteu para reforço de capital foi de 1.139.189,11 USD, como foi espelhado no Balanço.

SEGURANÇA SOCIAL

FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

RECEITAS	OSS inicial	OSS corrigido	Execução orçamental 2024 (reexpressa)	Execução Orçamental 2025	Taxa Execução (%)	Peso relativo de cada rubrica (%)		Desvio Orçamental (Exec.-OSS corrigido)		Variação Anual homóloga 2024-2025 (%)	
						No total da Receita	No total da Receita Efetiva	Valor	%	Valor	%
Impostos e Contribuições para a Segurança Social	**0,00**	**0,00**	**106 684,89**	**167 114,33**	-	**0,06%**	**0,28%**	**167 114,33**	-	**60 429,44**	**56,64%**
Contribuições e cotizações para a Segurança Social	0,00	0,00	106 684,89	167 114,33	-	0,06%	0,28%	167 114,33	-	60 429,44	56,64%
Rendimentos	**12 611 000,00**	**12 611 000,00**	**6 753 105,35**	**5 305 163,12**	**42,07%**	**1,90%**	**9,03%**	**-7 305 836,88**	**-57,93%**	**-1 447 942,23**	**-21,44%**
Juros	0,00	0,00	10 893,65	576 336,94	-	0,21%	0,98%	576 336,94	-	565 443,29	5190,58%
Dividendos	0,00	0,00	0,00	328 145,66	-	0,12%	0,56%	328 145,66	-	328 145,66	-
Outros rendimentos	12 611 000,00	12 611 000,00	6 742 211,70	4 400 680,52	34,90%	1,58%	7,49%	-8 210 319,48	-65,10%	-2 341 531,18	-34,73%
Transferências	**47 181 545,00**	**61 353 662,18**	**19 375 885,74**	**53 272 117,18**	**86,83%**	**19,10%**	**90,68%**	**-8 081 545,00**	**-13,17%**	**33 896 231,44**	**174,94%**
Transferências Correntes da Segurança Social	2 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00	1 600 000,00	80,00%	0,57%	2,72%	-400 000,00	-20,00%	-400 000,00	-20,00%
Transferências de Capital da Segurança Social	45 181 545,00	59 353 662,18	17 375 885,74	51 672 117,18	87,06%	18,52%	87,96%	-7 681 545,00	-12,94%	34 296 231,44	197,38%
Ativos e Passivos Financeiros	**244 900 000,00**	**244 900 000,00**	**190 896 917,81**	**219 626 954,43**	**89,68%**	**78,73%**		**-25 273 045,57**	**-10,32%**	**28 730 036,62**	15,05%
Levantamento de depósitos (DP)	122 450 000,00	244 900 000,00	190 896 917,81	216 626 064,13	88,45%	77,65%		-28 273 935,87	-11,55%	25 729 146,32	13,48%
Alienação de títulos	122 450 000,00	0,00	0,00	3 000 890,30	-	1,08%		3 000 890,30	-	3 000 890,30	-
SALDO GERÊNCIA ANOS ANTERIORES (DO)	**1 000 000,00**	**1 000 000,00**	**86 673,45**	**593 203,11**	**59,32%**	**0,21%**		**-406 796,89**	**-40,68%**	**506 529,66**	**584,41%**
Operações Tesouraria (extraorçamentais)				***2 321 612,88***							
RECEITA EFETIVA	**59 792 545,00**	**73 964 662,18**	**26 235 675,98**	**58 744 394,63**	**79,42%**	**21,06%**	**100,00%**	**-15 220 267,55**	**-20,58%**	**32 508 718,65**	**123,91%**
RECEITA TOTAL	**305 692 545,00**	**319 864 662,18**	**217 219 267,24**	**278 964 552,17**	**87,21%**	**100,00%**		**-40 900 110,01**	**-12,79%**	**61 745 284,93**	**28,43%**

DESPESAS	OSS inicial	OSS corrigido	Execução orçamental 2024 (reexpressa)	Execução Orçamental 2025	Taxa Execução (%)	Peso relativo de cada rubrica (%)		Desvio Orçamental (Exec.-OSS corrigido)		Variação Anual homóloga 2024-2025 (%)	
						No total da Despesa	No total da Despesa Efetiva	Valor	%	Valor	%
Salários e Vencimentos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00%**	**0,00%**	**0,00**	-	**0,00**	-
Bens e Serviços Correntes	**2 000 000,00**	**2 000 000,00**	**0,00**	**817 045,98**	**40,85%**	**0,45%**	**100,00%**	**-1 182 954,02**	**-59,15%**	**817 045,98**	-
Transferências Públicas	**303 692 545,00**	**317 864 662,18**	**0,00**	**180 696 506,80**	**56,85%**	**99,55%**		**-137 168 155,38**	**-43,15%**	**180 696 506,80**	-
Ativos Financeiros - Aquisição de títulos	303 692 545,00	317 864 662,18	0,00	180 696 506,80	56,85%	99,55%		-137 168 155,38	-43,15%	180 696 506,80	-
Capital Menor	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00%**	**0,00%**	**0,00**	-	**0,00**	-
DESPESA EFETIVA	**2 000 000,00**	**2 000 000,00**	**0,00**	**817 045,98**	**40,85%**	**0,45%**	**100,00%**	**-1 182 954,02**	**-59,15%**	**817 045,98**	-
DESPESA TOTAL	**305 692 545,00**	**319 864 662,18**	**0,00**	**181 513 552,78**	**56,75%**	**100,00%**		**-138 351 109,40**	**-43,25%**	**181 513 552,78**	-
SALDO EFETIVO	**57 792 545,00**	**71 964 662,18**	**26 235 675,98**	**57 927 348,65**	**80,49%**						
SALDO TOTAL GLOBAL	**0,00**	**0,00**	**217 219 267,24**	**97 450 999,39**	-						

6. Gestão de Riscos

A gestão de riscos do fundo de reserva assenta numa abordagem estruturada que visa identificar, avaliar, monitorizar e mitigar os diversos riscos que podem afetar a solidez financeira, a estabilidade operacional e a sustentabilidade de longo prazo do fundo de reserva. Esta estrutura integra mecanismos de controlo robustos, políticas formais e práticas prudenciais consistentes com padrões internacionais aplicáveis a fundos públicos e institucionais.

A gestão de riscos é transversal às áreas financeira, atuarial e operacional, e apoia-se em processos contínuos de monitorização, sistemas de reporte e supervisão por parte dos órgãos de governação.

6.1. Riscos Financeiros

Os riscos financeiros resultam principalmente da exposição do fundo de reserva aos mercados financeiros internacionais. Estes riscos são avaliados de forma sistemática e controlados através de políticas de investimento prudentes e diversificação adequada.

Risco de Mercado

Corresponde ao impacto potencial de variações adversas nos preços dos ativos da carteira, incluindo ações, obrigações e outros instrumentos financeiros. Tais variações podem ocorrer devido à evolução económica, desempenho setorial ou alterações nas condições globais de mercado.

Risco de Taxa de Juro

Reflete a sensibilidade das obrigações e instrumentos de rendimento fixo às variações das taxas de juro de curto e longo prazo, influenciadas por expectativas de crescimento económico, inflação e políticas monetárias.

Risco de Crédito

Diz respeito à possibilidade de incumprimento ou deterioração da qualidade creditícia de emitentes de títulos detidos na carteira, podendo originar perdas de valor.

Risco de Liquidez

Relaciona-se com a dificuldade ou impossibilidade temporária de converter ativos em caixa sem perdas significativas, especialmente em situações de menor liquidez ou stress nos mercados.

Risco Cambial

Refere-se ao efeito da flutuação das taxas de câmbio sobre investimentos denominados em moeda estrangeira, podendo a valorização do euro (ou da moeda funcional adotada) reduzir o valor dos ativos.

Risco de Concentração

Decorre de uma exposição excessiva a determinados setores, regiões ou emitentes, o que limita a diversificação e aumenta a vulnerabilidade a choques específicos.

6.2. Riscos Atuariais

Os riscos atuariais resultam das incertezas associadas às responsabilidades futuras do fundo de reserva e às tendências demográficas e económicas que podem afetar as projeções de longo prazo.

Risco de Longevidade

Os beneficiários podem viver mais tempo do que o previsto, aumentando a duração e o valor das obrigações do sistema.

Risco de Aderência das *Assumptions* Atuariais

Mudanças nas variáveis económicas e demográficas — tais como inflação, crescimento salarial, alterações na mortalidade, redução da natalidade e da empregabilidade — podem tornar insuficientes as premissas utilizadas nas avaliações.

Risco de Taxa de Desconto

Alterações nas taxas de juro de referência podem afetar significativamente o valor presente das responsabilidades futuras.

Risco de Contribuição e Benefícios

Modelos inadequados de financiamento, com contribuições insuficientes, benefícios novos ou superiores ao previsto, ou ainda taxas de contribuição inadequadas, podem gerar desequilíbrios financeiros a longo prazo.

6.3. Riscos Operacionais

Os riscos operacionais resultam de falhas internas de processos, pessoas, sistemas ou fatores externos que podem comprometer a execução das funções do FRSS. Os riscos operacionais são também razão do número insuficiente de recursos humanos para o grau de complexidade que o fundo de reserva contempla.

Incluem, entre outros:

- **Erro humano ou falhas de procedimentos internos;**
- **Riscos tecnológicos**, incluindo falhas de sistemas e *cibersegurança*;
- **Risco legal e de *compliance***, relacionado com alterações legislativas ou incumprimento de normas;
- **Risco reputacional**, decorrente de eventos negativos que afetem a credibilidade institucional;
- **Risco de fraude**, resultante de práticas irregulares ou má conduta.

6.4. Medidas de Mitigação

A mitigação de riscos assenta num conjunto articulado de políticas, controlos internos e procedimentos de monitorização contínua.

Entre as principais medidas implementadas pelo FRSS destacam-se:

Medidas para Riscos Financeiros

- Diversificação da carteira por classes de ativos, geografias e setores. A diversificação geográfica e setorial é particularmente relevante para a carteira de ações, uma vez que estes ativos estão sujeitos ao risco de flutuação do justo valor devido a variações nos preços de mercado;
- Valorização das obrigações, mantidas até à maturidade, ao custo amortizado, permitindo neutralizar o risco de preço;
- Definição de limites de risco e estratégias de investimento prudentes. Esta definição é feita, numa primeira instância, no próprio diploma legal e na política de investimento;
- Monitorização diária de mercados e avaliação contínua de riscos de crédito, liquidez e mercado. A aquisição do terminal da *bloomberg* foi essencial para apoiar esta monitorização;
- Utilização de *benchmarks* e avaliação de desempenho;
- Reuniões Periódicas do Comité de Investimento com vista à análise de mercado e à revisão da Política de Investimento.

Medidas para Riscos Atuariais

- Início da revisão do estudo atuarial e programação da realização de estudos regulares com atualização de premissas;
- Testes de esforço a cenários económicos e demográficos adversos;
- Articulação como o INSS para ajustes de políticas contributivas e de benefícios quando exigido pela sustentabilidade;
- Articulação com entidades reguladoras e órgãos de supervisão.

Medidas para Riscos Operacionais

- Início de implementação de controlos internos robustos e segregação de funções. O regulamento interno prevê uma nova unidade orgânica no FRSS que, entre outras funções, se ocupará da revisão e análise de sistemas de controlo interno e de qualidade;
- Nomeação do Fiscal Único durante o ano de 2025;
- Automatização de processos e reforço da segurança dos sistemas de informação;
- Auditorias internas e externas, esta última feita pela empresa de auditoria Decardo às contas de 2024;
- Início da definição de planos de continuidade de negócio e gestão de crises, tendo em atenção que as funções *core* do FRSS são desempenhadas pelos gestores operacionais subcontratados;
- Reforço da formação contínua das equipas técnicas.

7. Perspetivas Futuras

7.1. Projeções e Desafios

A estratégia de investimento para 2026 assenta numa reorientação gradual da carteira do FRSS, com o objetivo de melhorar a rendibilidade ajustada ao risco, reforçar a diversificação e assegurar o cumprimento integral do Decreto-Lei n.º 55/2020, mantendo elevados padrões de prudência, liquidez e boa governação.

Em 2025, a elevada concentração em depósitos a prazo, embora tenha contribuído para a segurança e liquidez do fundo de reserva, limitou o seu desempenho global. Caso a Política de Investimento aprovada em 2022 tivesse sido plenamente implementada, o retorno estimado teria atingido 10,45%, um valor significativamente superior ao que se verificou em 2025.

Face a este contexto, torna-se necessário ajustar a estratégia, reduzindo progressivamente a dependência excessiva de depósitos — com exceção do depósito a dois anos — e reforçando a exposição a classes de ativos com melhor perfil de retorno ajustado ao risco. Neste sentido, propõe-se que a carteira do FRSS passe a adotar, no médio e longo prazo, uma alocação estratégica composta por 30% em ações internacionais, 30% em obrigações de dívida pública internacional, 10% em obrigações *corporate* e 30% em depósitos a prazo, incluindo o depósito a dois anos no BNCTL, de forma a equilibrar segurança, liquidez e rentabilidade, assegurando simultaneamente uma componente relevante de liquidez e maior potencial de valorização da carteira. Esta estrutura está plenamente alinhada com os princípios consagrados no Decreto-Lei n.º 55/2020 — segurança, rentabilidade, liquidez, diversificação e boa governação — bem como com os documentos de enquadramento estratégico do fundo de reserva.

Atendendo a que Timor-Leste não dispõe de um mercado de dívida pública soberana, os depósitos bancários, em particular no BNCTL, constituem a melhor aproximação funcional à dívida pública nacional, permitindo cumprir o espírito e a letra do diploma legal, preservar uma componente de muito baixo risco, apoiar o sistema financeiro doméstico e contribuir indiretamente para o desenvolvimento económico do país, reforçando a coerência entre a

política de investimento do FRSS e os objetivos macroeconómicos e de estabilidade financeira nacional. Por isso, é importante manter depósitos bancários, apenas reduzindo o seu peso na carteira do fundo de reserva. No âmbito da implementação desta estratégia, propõe-se o reforço do investimento em ações, condicionado à negociação de *management fees* para níveis alinhados com as práticas internacionais aplicáveis a fundos de dimensão semelhante ao FRSS, mantendo-se o modelo de gestão ativa dado o desempenho positivo quando comparado com o *benchmark* em virtude da possibilidade de seleção de mercados e otimização intrassectorial. No segmento de obrigações de dívida pública internacional propõe-se um aumento do investimento devendo-se privilegiar maturidades médias e longas, condicionado novamente à redução da comissão para um nível compatível com uma função meramente executora, pois recomenda-se neste caso a retenção da divida soberana até à maturidade. Adicionalmente, propõe-se a introdução de obrigações de empresas (*corporate bonds*) via ETF ou fundos de gestão passiva, selecionado por concurso transparente com base em critérios de qualidade creditícia, liquidez, rendibilidade e custos totais. No seu conjunto, a nova política de alocação estratégica — 30% ações, 30% dívida pública, 10% *corporate* bonds e 30% depósitos — permite cumprir integralmente o Decreto-Lei n.º 55/2020, reduzir a dependência excessiva dos depósitos sem comprometer a prudência, aumentar o retorno esperado do Fundo, mitigar perdas de oportunidade futuras e reforçar o contributo do FRSS para a estabilidade financeira e o desenvolvimento económico nacional, prevendo-se ainda a integração faseada e prudente de um valor adicional a transferir pelo INSS, a definir.

Não obstante a estratégia de reequilíbrio da carteira e a orientação para uma maior diversificação dos investimentos, o Conselho de Administração decidiu adotar uma abordagem prudente no curto prazo, em função do atual contexto de elevada incerteza geopolítica internacional.

Este contexto é marcado, entre outros fatores, por:

- persistência de conflitos armados e tensões geopolíticas em várias regiões;
- aumento da volatilidade nos mercados financeiros internacionais;

- incerteza quanto à trajetória futura das taxas de juro e das políticas monetárias das principais economias;
- riscos acrescidos para os mercados acionistas e obrigacionistas no curto prazo.

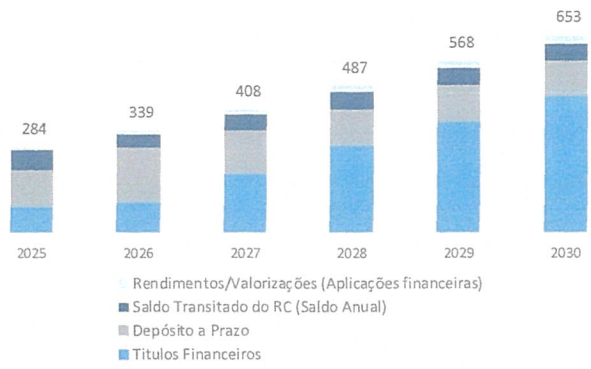
Neste enquadramento, e como medida transitória de gestão prudente do risco, o Conselho de Administração deliberou que os montantes dos depósitos a prazo que maturaram em março de 2026 fossem reinvestidos em novos depósitos a prazo com maturidade de seis meses.

Esta decisão visa:

- preservar o capital do Fundo num período de maior incerteza;
- manter elevados níveis de liquidez;
- aguardar condições de mercado mais favoráveis para a implementação faseada da nova política de alocação estratégica.

A opção por depósitos de curto prazo não altera a orientação estratégica de médio e longo prazo, mas reflete uma gestão mais cautelosa do fundo de reserva.

Projeções do FRSS 2026-2030 (Milhões de USD)



7.2. Alterações Regulamentares Esperadas

No âmbito das alterações regulamentares esperadas, importa referir que a Política de Investimento do FRSS é objeto de análise anual, sendo este processo enquadrado numa abordagem de melhoria contínua e de adaptação às melhores práticas de gestão de fundos públicos. Essa análise envolve discussões técnicas regulares entre o Fundo de Reserva e a equipa técnica do Ministério das Finanças, tendo como objetivo assegurar a permanente adequação da política de investimento ao enquadramento legal, às condições de mercado e aos objetivos estratégicos do Fundo. Neste processo, o Comité de Investimento desempenha também um papel relevante enquanto órgão consultivo, contribuindo com recomendações técnicas e pareceres especializados que apoiam o Conselho de Administração na avaliação e eventual revisão da política de investimento, em conformidade com os princípios de prudência, boa governação e sustentabilidade de longo prazo. Refira-se, por último, que a política de investimento tem de ser simultaneamente assinada pelo Ministério da Solidariedade Social e Inclusão e pelo Ministério das Finanças.

8. Anexo – Relatório Fiscal Único

Aprova & Anexa
namestuk ho Relatoriu
kontas FRSS ba Tribunal
Das Contas
M: 29/5-2

SEGURANÇA SOCIAL

FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL

Díli, 28 de Maio de 2026

Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração do FRSS de Timor-Leste

Cc.: Sua Excelência. Senhora Ministra do MSSI

Assunto: Submissão de Parecer do Fiscal Único

Na qualidade de Fiscal Unico do FRSS, tenho a honra de apresentar ao Conselho de Administração o meu parecer sobre as demonstrações financeiras e contas de 2025 analisadas durante o período de referência.

Este parecer abrange:

- Conformidade legal e regulamentar das operações;
- Gestão financeira e administrativa;
- Transparência e boa governação;
- Recomendações.

Após a análise, concluiu-se que os procedimentos observados estavam, em geral, em conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. No entanto, se-recomenda a implementação da proposta técnica de investimentos conforme o próprio fundo propõe.

Solicita-se ao Conselho de Administração que tome conhecimento do presente parecer e adote as medidas necessárias para assegurar a implementação das recomendações apresentadas.

Atenciosamente.

Aida Maria Soares Mota
Fiscal Único

PARECER FISCAL ÚNICO

O Relatório e Contas 2025 do Fundo de Reserva da Segurança Social, património autónomo gerido em regime de capitalização pelo Instituto Fundo de Reserva da Segurança Social, apresenta-se um documento sólido, transparente e bem organizado, cumprindo a sua missão de informar os contribuintes e os beneficiários sobre a evolução e o desempenho do fundo. A introdução estabelece claramente os objetivos, reforçando a importância da prestação de contas e da confiança pública.

Em termos de política de investimento, o presente relatório clarifica a estratégia de investimento seguida, numa lógica de médio-longo prazo baseada nos princípios de segurança, liquidez e diversificação. As restrições à alocação de ativos (40% em obrigações do Estado, 35% em ações, 25% em obrigações privadas), previstas legalmente, demonstram prudência e o fundo cumpriu-as. Os benchmarks globais também enfatizam uma abordagem profissional.

Assim, no exercício de 2025, o fundo manteve os depósitos a prazo de maturidade curta, numa estratégia que havia já vindo a seguir desde 2023, e iniciou os investimentos nos mercados de capitais (concretamente em ações e obrigações), dando um passo significativo para garantir a rentabilidade e a sustentabilidade futura.

Estas medidas tiveram um impacto crucial nos resultados alcançados no exercício de 2025.

De facto, o fundo de reserva teve um desempenho muito positivo em 2025, apresentando uma performance de diversificação e um resultado líquido muito positivo. Para isso, muito contribuíram os investimentos nos mercados, em particular a carteira de ações. O investimento inicial em ações (40 milhões de dólares) gerou um retorno de 19,3% no

primeiro ano, aumentando para 47,7 milhões de dólares, o quedemonstra os resultados positivos da estratégia de diversificação e da opção dos investimentos nos mercados. Os benchmarks geográficos (EUA 54%, Europa 23%, Japão 8%, Ásia 4%, mercados emergentes 10%) estão bastante equilibrados. O desempenho da carteira de ações foi mesmo responsável por cerca de 60% do resultado líquido do exercício.

Nas obrigações, os resultados foram mais modesto, atenta a natureza dos títulos, mas destaca-se que a opção estratégica de manter os títulos até à maturidade foi positiva e permite ao fundo não absorver as quedas de mercado que tiveram lugar no ano.

Nos dois casos, considera-se correta, e no estrito cumprimento da lei, a opção de contratação de entidades credíveis para desempenho de funções específicas de apoio à gestão.

Com uma combinação de diversificação, limites de alocação de ativos, auditorias independentes e monitorização contínua do risco, o FRSS esforça-se por manter um equilíbrio entre segurança, rentabilidade e sustentabilidade a longo prazo.
Por fim, a perspetiva futura apresenta projeções e desafios, incluindo as alterações regulamentares esperadas.

No que respeita às Contas em si, o fundo, agora excluído do perímetro do Orçamento Geral do Estado nos termos da nova LEO, apresenta demonstrações financeiras sob o regime de acréscimo, alinhadas com as IPSAS e as melhores praticas internacionais. A política contabilistica adotada mostra maturidade técnica e rigor, e permite apresentar a informação necessária à efetiva análise da performance do fundo e das suas carteiras (designadamente a valorização de mercado) , algo que não era conseguido com mapas de execução orçamental.

Em conclusão, salienta-se que o Relatório Anual do FRSS de 2025 demonstra transparência, rigor e responsabilidade na gestão dos fundos de reserva. as demonstracoes financeiras apresentadas são transparentes e a política contabilistica adotada a mais recomendada.

Contudo, considera-se que o fundo tem condições de dar passos mais significativos nos mercados de capitais, no cumprimento da politica de investimento e nos melhores interesses do sistema de segurança social. A manutenção de verbas demasiado elevadas em liquidez (depósitos) nao traz mais valias importantes. Tratando-se de um fundo de longo prazo, em

que não se prevé que venha a ser necessário recorrer a verbas do fundo para pagarpensões napróxima década, e estando sendo o sistema de Segurança Social ainda muito jovem (está numa fase de arrecadar receita e capitalizá-la no fundo), é provavelmente o melhor momento para arriscar investimentos nos mercados, desde que de forma controlada e equilibrada, porque as eventuais perdas (que sempre haverá) serão compensadas, já que o fundo é de longo prazo.

Assim, recomenda-se:

1. A provação sem reservas do Relatório e Contas 2025, já que cumpre os princípios da transparência e rigortécnico. Acresce que a contabilização na base deacréscimo é a opção técnica correta, pela própria natureza do fundo, e por cumprir a normas internacionais e seguir as melhores práticas para fundos desta natureza

2. Seja feito um esforço adicional para apresentar, em 2026, a Demonstração das alterações do património líquido, para completar todas as peças exigidas na prestação de contas no quadro das IPSAS. Realça-se, porém, que o fundo apresenta toda a informação nas demonstrações apresentadas, na análise e nas notas explicativas.

3. O reforço dos investimentos nos mercados, mantendo a carteira equilibrada, a nível de tipologia de títulos, diversificada e equilibrando o risco com a rentabilidade. Considera-se positivo o depósito a prazo a 2 anos no BNCTL, sendo essa uma forma de "compensar" a ausência de emissão de dívida pública nacional. Sugere-se, contudo, reduzir os montantes nos restantes depósitos a prazo e reforçar gradualmente os investimentos nos mercados de capitais, sobretudo ações e dívida privada, mantendo também a carteira atual de obrigações. Esta é a estratégia técnica proposta pelo fundo, com a qual o Fiscal Único concorda, uma vez que permite aumentar previsivelmente a rentabilidade, mantendo o necessário equilíbrio da carteira, e cumprindo o definido legalmente e na política de investimento.

Díli, 28 de Maio de 2026

Aida Maria Soares Mota

Fiscal Único